



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE
E SECRETARIADO EXECUTIVO - FEAAC
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RAIMUNDA COSMO BARROZO

ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO CONTEXTO DA ESTABILIZAÇÃO
DA ECONOMIA NO BRASIL E CEARÁ NO PERÍODO 1994-2010

FORTALEZA

2013

RAIMUNDA COSMO BARROZO

**ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO CONTEXTO DA ESTABILIZAÇÃO
DA ECONOMIA NO BRASIL E CEARÁ NO PERÍODO 1994-2010**

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo - FEAAC, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Jair do Amaral Filho.

FORTALEZA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo

-
- B287a Barrozo, Raimunda Cosmo.
Análise da construção civil no contexto da estabilização da economia no Brasil e Ceará no período 1994-2010 / Raimunda Cosmo Barrozo. – 2013.
70 f. : il. color.; enc.
- Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, Fortaleza, 2013.
Orientação: Prof^o. Dr. Jair do Amaral Filho
1. Construção civil 2. Economia – Brasil - Ceará 3. Habitação I. Título.

RAIMUNDA COSMO BARROZO

**ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO CONTEXTO DA
ESTABILIZAÇÃO DA ECONOMIA NO BRASIL E CEARÁ NO
PERÍODO 1994-2010**

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo - FEAAC, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Data da aprovação ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jair do Amaral Filho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof^a. Maria Cristina Pereira de Melo
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Francisco Laércio Pereira Braga
Universidade Estadual do Ceará - UECE

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, que em todos os momentos difíceis de minha vida, estava ao meu lado, intercedendo junto a DEUS, pela minha felicidade. E acreditaram no meu potencial, me incentivando na busca de novas realizações.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por todos os momentos maravilhosos que tenho em minha vida, pela força concedida nesta jornada, por esta conquista realizada e por muitas outras que futuramente irei conquistar.

Aos meus pais; Edmilson Gomes Barrozo e Regina Cosmo Barrozo, que me incentivaram e me apoiaram ao longo do curso e da minha vida escolar dando todo o apoio que preciso para alcançar meus objetivos.

Agradeço Mardônio, meu esposo, companheiro e grande amigo, por ser meu incentivador, por sempre acreditar em mim, pela paciência por ter faltado com atenção, devido estar envolvida com os meus estudos.

A minha irmã Adriana, por todos os momentos que me apoio depositando confiança e incentivo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Jair do Amaral Filho, que com sua paciência e sabedoria me auxiliou nessa caminhada nesses últimos meses.

Agradeço a meu amigo Cândido, que tanto ajudou orientando nas pesquisas e durante boa parte do curso.

Agradeço a todos os meus amigos que sempre torceram por mim, deram-me apoio e depositaram muita confiança sempre.

Aos professores do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará que contribuíram para a minha formação acadêmica.

"O poder para fazer coisas certas é também poder para fazer coisas erradas; os que controlam o poder hoje podem não ser os mesmos de amanhã; e, ainda mais importante, o que um indivíduo considera bom pode ser considerado mau por outro."

Milton Friedman

RESUMO

A construção civil constitui uma das atividades econômicas que mais contribuem para o PIB no Brasil nos últimos anos. Porém, boa parte dos trabalhadores empregados nesse ramo tem pouca instrução, este grupo abrange pedreiros, serventes e mestres de obra. Pode-se dizer que o setor de construção manteve-se, ao longo de sua cadeia produtiva, estável mesmo diante do quadro da crise financeira mundial, que teve início a partir de 2007 e se consolidou no ano de 2008. Este setor também tem uma posição estratégica no contexto da economia cearense. Esta pesquisa buscou analisar, por meio de uma pesquisa bibliográfica e uso de análise gráfica e tabular, como se deu o comportamento da construção civil nas economias do Brasil e Ceará no período de 1994 a 2010, verificando qual a contribuição da construção civil no crescimento e estabilização da economia. Ademais, o trabalho mostrou os principais resultados sociais relacionados à construção civil com respeito sobremaneira à geração de emprego e renda. Além disso, foi analisado a relação da atividade de construção civil com as políticas públicas de habitação, no que se refere à financiamento e concessão do crédito habitacional, voltando-se principalmente para o desempenho do programa minha casa, minha vida do Governo Federal.

Palavras-chave: Construção civil. Estabilização econômica. Crescimento econômico. Infraestrutura. Habitação.

ABSTRACT

The construction industry is one of the principal economic activities that has contributed most to the GDP (Gross National Product) in Brazil over recent years. However, most of the workers employed in this sector have received little education, this group includes builders, servants and workmen. It can be said that the construction sector remained stable throughout its production chain. Besides, global financial crisis that started from 2007 and it was consolidated in 2008. This sector also holds a strategic position in the context of Ceara's economy. This research was carried out through a literature search, tabular and graphical analysis demonstrating the changes in construction economies of Brazil and its state Ceará, from 1994 to 2010. It verified the contribution of growth in construction and stabilizing the economy. Furthermore, the study showed the main results related to social construction and mainly the generation of employment and income. In addition, it had analyzed the relationship of construction activities, public habitation policy funding and grant housing loans, mainly the performance of the Brazilian program: my home, my life from the Federal Government.

Keywords: Construction industry. Economic stabilization. Economic growth. Infrastructure. Housing.

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Cadeia produtiva das Edificações e da Construção pesada	40
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Brasil: Indicadores macroeconômicos selecionados 1994 – 2010	22
Tabela 2 - Histórico de Metas para Inflação no Brasil 1999 – 2010	24
Tabela 3 - Produção, consumo aparente, consumo aparente per capita, exportação e importação de cimento	42
Tabela 4 - Número de Estabelecimento e Empregos na Construção civil: Brasil e Ceará no Período: 1994 – 2010	45
Tabela 5 - Financiamentos imobiliários concedidos com recursos SBPE (Valores Nominais e N°. de Unidades)	48
Tabela 6 - Taxas de crescimento nominal e real do crédito dos bancos privados nacionais ao setor de construção civil	50
Tabela 7 - Comparação das principais variáveis econômicas no Brasil e Ceará de 1994 a 2010	53
Tabela 8 - Investimento líquido na construção civil de 1994 a 2009	57

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Conta de Capital, Transações Correntes e Saldo da Balança de Pagamento no Período de 1994 - 2010	21
Gráfico 2 - Evolução da Taxa de Cambio Nominal 1994 - 2010	23
Gráfico 3 - IPCA e Taxa de Juros Overnight (en % a.a.) no período de 1995 - 2010	26
Gráfico 4 - Balança Comercial no período de 1993 – 2010	27
Gráfico 5 - Trajetória da Dívida Líquida do Setor Público	31
Gráfico 6 - Taxa Anual de Crescimento do PIB no Brasil.....	32
Gráfico 7 - Índice de Evolução da Renda Nacional por Habitante e da Desigualdade Pessoal da Renda(Gini) 1960 - 2009 (1960 - 100)	37
Gráfico 8 - Produção de Cimento, Laminados de Aço e Aço Bruto no Período de 1994 - 2010.	43
Gráfico 9 - Cadeia Produtiva da Construção Civil 2009	44
Gráfico 10 - Crescimento Anual do Emprego da Construção Civil no Brasil e Ceará 1994 - 2010	45
Gráfico 11 - Déficit Habitacional no Brasil e Ceará 1991 - 2008	47
Gráfico 12 - Financiamento Imobiliário Concedido - SBPE no Período de 1994-2010	49
Gráfico 13 - Financiamento Imobiliário - FGTS e SBPE	50
Gráfico 14 - Participação da construção civil na carteira de crédito corporativo dos grandes bancos privados nacionais (em % a.a.)	51
Gráfico 15 - Taxa Real de Crescimento(%) da Construção Civil entre Brasil e Ceará 1994-2010	54
Gráfico 16 - Formação Bruta do Capital Fixo e Taxa de Câmbio	58
Gráfico 17 - INCC X Taxa SELIC (Variação Efetiva no Ano - %)	60
Gráfico 18 - INCC, IPCA e Taxa de Juros Overnight Selic- Evolução Anual de 1994-2009...	60

LISTA DE SIGLAS

ACC	Adiantamento dos Contratos de Câmbio
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CEF	Caixa Econômica Federal
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNAE	Conselho Nacional das Atividades Econômicas
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.
DRU	Desvinculação de Receitas da União
FBKF	Formação Bruta de Capital Fixa
FEF	Fundo de Estabilização Fiscal
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSE	Fundo Social de Emergência
IGP-DI	Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPi	Imposto de Produtos Industrializados
IPMF	Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIS	Programa de Integração Social.
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
URV	Unidade Real de Valor
CONCLA	Comissão Nacional de Classificação
PAI	Programa de Ação Imediata
ABECIP	Associação Brasileira das Empresas de Crédito Imobiliário
BACEN	Banco Central do Brasil
BNH	Banco Nacional da Habitação
CEF	Caixa Econômica Federal
FCVS	Fundo de Compensação de Valores Salariais
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FGH	Fundo Garantidor da Habitação
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
INCC	Índice Nacional da Construção Civil
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras

PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNHU	Programa Nacional de Habitação Urbana
RAIS	Ralação Anual de Informações Sociais
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SFI	Sistema Financeiro Imobiliário
SNIC	Sindicato Nacional da Indústria de Cimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 PLANO REAL: OS GOVERNOS E AS POLÍTICAS ECONÔMICAS ADOTADA PARA MANTER A ESTABILIDADE	17
2.1 Plano Real e Estabilização dos Preços	17
2.2 O Primeiro Mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)	21
2.3 O Segundo Mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002).....	24
2.4 O Primeiro Mandato de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006).....	28
2.5 O Segundo Mandato de Luis Inácio Lula da Silva (2007-2010)	30
3 CARACTERIZAÇÃO DO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL	39
3.1 Importância econômica da construção civil	40
3.2 Principais Insumos da Construção Civil	42
3.3 Importância Social da Construção Civil.....	44
3.4 Número de estabelecimentos na construção civil.....	46
3.5 Déficit habitacional	47
3.6. Financiamento do setor imobiliário	48
4 A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA E DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL E CEARÁ NO PERÍODO 1994 A 2009	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERENCIAS	64
APÊNCICE A - INDICADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO BRASIL E CEARÁ DE 1994 A 2009	69
APÊNDICE B - VARIAÇÃO DA TAXA SELIC E DO INCC	70

1 INTRODUÇÃO

A construção civil é um dos ramos da economia brasileira que mais tem crescido, ou seja, constitui uma das atividades mais estáveis da economia na última década. Porém, apesar de constituir um dos setores líderes na economia nacional em termos de geração de emprego e renda, essa atividade enfrenta uma situação de certa forma paradoxal, que é a maior parte da mão de obra absolvida pelo setor não ser qualificada. A principal motivação para este trabalho é a investigação de como se dá o crescimento dessa atividade econômica no contexto da estabilidade econômica após a implantação do plano real no Brasil e no Ceará. Além disso, podem-se destacar as motivações pessoais da autora, embora o setor da construção civil apresente considerável participação na atividade econômica, já constitui um bom motivo para elaboração desse trabalho.

É importante destacar, como deu a evolução da construção civil, ou seja, quais foram os indicadores econômicos (PIB, inflação, taxa de juros, índice de preços) preponderantes no crescimento desta atividade ao longo do período analisado no contexto das economias cearense e brasileira.

O trabalho mostra-se relevante porque além de abordar um dos setores que tem a maior taxa de crescimento da nossa economia do ponto de vista da geração de emprego e renda, o setor da construção civil faz elo com os setores de matérias, abastecendo os subsectores das edificações e obras infraestrutura de cimento, aço bruto, madeira, perfil de aço e outros, fazendo ponte frente com mercado imobiliário. Segundo Rocha (2010), 35% do setor da construção está representado por obras pesadas de infraestrutura. Outros 40% estão no mercado imobiliário e o restante, em construções industriais.

O setor habitacional tem recebido apoio do programa de aceleração do crescimento (PAC), com ampliação do crédito e redução de impostos. Nos últimos anos, o Brasil tem retomado o crescimento econômico de maneira consistente. Segundo Skaf (2010), “A indústria da construção civil tem crescido, hoje, movimenta 11,3% do PIB brasileiro. É ainda um dos principais responsáveis pela criação de emprego no País, com cerca de 8,2 milhões de trabalhadores direto e indireto”.

No Ceará, os efeitos da crise internacional afetaram de leve os resultados do PIB em 2008, haja vista que a arrecadação própria do Estado cresceu acima de 20% em relação a 2007 (DOECE, 2010). A construção civil encontra-se em expansão desde 2004, a taxa de crescimento do PIB da construção civil em 2008 foi de 7,8 % sobre o ano de 2007 (IPECE, 2008).

Ademais, este setor da economia ganhou atenção especial na conjuntura econômica em face da conquista do Brasil ser a sede da Copa do Mundo de 2014, dos Jogos Olímpicos de 2016, e as obras de infraestrutura para o pré-sal, motivando as expectativas de investidores nesta área.

A análise também contempla a contribuição desse setor para a estabilização da economia brasileira, no sentido de se observar a relação com as variáveis de emprego, taxa de inflação, e da taxa de juros, bem como os incentivos diretos para o mercado de crédito.

O objetivo geral desta monografia, visa analisar a direção dos indicadores da construção civil e dos indicadores econômicos, identificando os fatores responsáveis por este crescimento. Ademais, faz-se uma análise comparativa da evolução do PIB da construção civil, inflação e taxa de juros para as economias do Ceará e do Brasil. Além disso, será feita uma comparação entre a evolução dos insumos típicos da construção civil: produção e consumo de cimento, juntamente com a produção de aços laminados longos, no período de 1994 a 2010. É feita uma avaliação de resultados sociais da atividade de construção civil no tocante à geração de emprego e renda. Compara-se também a evolução do crédito habitacional em relação ao PIB da construção civil, assim como a evolução da Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF), e o investimento da construção civil no Brasil e no Ceará.

O trabalho está dividido em quatro capítulos, além desta introdução. No primeiro capítulo, é abordado um quadro breve das políticas econômicas, durante os Governos Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, notadamente o Plano Real. No segundo, analisam-se as características da construção civil. O terceiro capítulo fará uma análise conjuntural do setor da construção civil no Brasil e Ceará, apresentando a evolução das principais variáveis macroeconômicas no período, e as políticas públicas voltadas para o crescimento da construção civil, destacando o programa Minha Casa Minha vida, e políticas fiscais de isenção de imposto. E no último capítulo, têm-se as considerações finais.

2 PLANO REAL: OS GOVERNOS E AS POLÍTICAS ECONÔMICAS ADOTADA PARA MANTER A ESTABILIDADE

2.1 Plano Real e Estabilização dos Preços

O cenário econômico e financeiro em 1994 era caótico, os efeitos atingiam todas as classes sociais e, em especial, os de menor renda, a inflação anual de 1994, de acordo com IPCA, foi de 916,41%, conforme pode ser observado na Tabela 1¹, período marcado pela estagnação e por incertezas, onde impossibilitava qualquer planejamento, seja no setor público, empresa ou das pessoas.

Herança da década de 80, período marcado por uma instabilidade econômica, devido especialmente ao processo hiperinflacionário que permanecia sem solução no início de 1990. Conforme Giambiagi e Moreira (1999): “No período 1980 a 1993, taxa de crescimento média da economia brasileira foi muito baixa, de apenas 2,1% a.a. [...] e nesse mesmo período a taxa de inflação, medida pelo IGP-DI, atingiu o patamar médio de 438% a.a.”

O Plano Real foi um programa de estabilização de combate a inflação, que veio após cinco planos frustrados: Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e Collor II (1991). (GIAMBIAGI, 2011).

Em maio de 1993, no Governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda, onde coordenou um plano de estabilização econômica idealizado por uma equipe de economistas que faziam parte: Pêrsio Arida, André Lara Resende, Gustavo Franco, Pedro Malan, Edmar Bacha, Clóvis Carvalho, Winston Fritsch, para elaborar um plano que realmente controlaria a inflação.

O Programa de Estabilização Econômica ou Plano Real, em ataque ao processo inflacionário, dividiu-se em três etapas:

- a) o ajuste fiscal, ou seja, estabelecer o equilíbrio das contas do Governo, com o objetivo de eliminar a principal causa da inflação brasileira;
- b) a criação de um padrão estável de valor, que denominamos Unidade Real de Valor-URV;
- c) reforma monetária (emissão desse padrão de valor como uma nova moeda nacional de poder aquisitivo estável - o Real).

¹ Tabela 1: página p.22.

A primeira etapa, de ajuste das contas do Governo, teve início em 14 de junho de 1993 com o programa de Ação Imediata (PAI). O ajuste fiscal baseava em três elementos principais: corte de despesas, aumento de impostos e diminuição nas transferências do Governo Federal.

Com relação à primeira etapa do Plano Real Velloso (1994, p.167), argumenta que:

Essa etapa chegou a ser anunciada, ainda que um tanto apropriadamente, como a do lançamento da âncora fiscal. Medidas imediatas para o ajuste fiscal a médio prazo e o conjunto de propostas de emendas à constituição voltadas para a correção de desequilíbrios estruturais do setor público constituíam o cerne dessa fase inicial, cujo sucesso propiciaria o lançamento das fases posteriores: a da URV e a do real. Dentre as medidas de caráter mais imediato destaca-se a criação do Fundo Social de Emergência. Tal fundo, a partir do aporte de 15% da arrecadação dos tributos da União de um adicional de 5% em suas alíquotas, visava a permitir que União recuperasse parte de sua capacidade de alocar recursos públicos que, dado o elevado nível de vinculação das receitas públicas, encontra-se quase totalmente eliminada.

Com a relação à primeira etapa do ajuste fiscal, o Governo fez corte de gastos da ordem de US\$ 7 bilhões, concentrado nas despesas de investimento e pessoal.

Para aumentar a receita do Governo Federal, foi criado o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF). O imposto novo criado em caráter provisório, sobre as movimentações financeiras, com facilidade no recolhimento e de ampla base na arrecadação, inclusive as atividades informais.

A terceira etapa de ajuste fiscal foi a aprovação do Fundo Social de Emergência (FSE), considerado o mais importante instrumento para ampliar as receitas, seria alimentado por 15% da arrecadação de todos os impostos, à disposição do governo federal. Seus objetivos principais:

- a) aumentar a flexibilidade para que o governo use os recursos do orçamento nas despesas que considerar de maior prioridade;
- b) permitir a geração de superávit nas contas do governo, elemento fundamental para ajudar a controlar a inflação.

O Fundo Social de Emergência (FSE) era de caráter temporário, como medida necessária para dar um fôlego fiscal. Esse instrumento foi prorrogado, com algumas alterações, com o nome Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), e atualmente, Desvinculação de Receitas da União (DRU), foi prorrogada até 2015, pela Emenda Constitucional nº 68, de 21 de dezembro de 2011.

A segunda fase do programa de estabilização econômica foi iniciada em 28 de fevereiro de 1994, adoção Unidade Real de Valor – URV, instituída pela Medida Provisória nº 434, aprovada pelo Congresso Nacional, na forma de Lei nº 8.880.(OLIVEIRA, 2009).

Conforme Vançato (2012, p.17): “O objetivo nessa fase foi o de promover todos os ajustes de preços relativos, com base nessa moeda indexada e acomodar a participação de diversos agentes na renda, ou seja, eliminar o chamado conflito distributivo.”

Ainda em relação à segunda fase do Plano Real, com foco na adoção da URV, Velloso (1994, p.171) argumenta que:

O critério adotado para conversão em URV a média de quatro meses do valor real dos salários no momento de seu recebimento, [...] busca atender ao princípio da neutralidade distributiva, ainda que, como costuma acontecer nessas ocasiões, surjam um sem-número de alegações quanto a perdas que estariam sendo por eles sofridas. Esses argumentos envolvem dois tipos de problemas: em primeiro lugar, é necessário definir em relação a qual parâmetro as perdas são calculadas; e, em segundo lugar, são necessários critérios consistentes para o cálculo dos valores antes e após o plano para se avaliar seus efeitos sobre o poder de compra dos salários.

As funções da moeda foram separadas em unidade de conta e a de meio de pagamento. A unidade de conta foi assumida por um novo índice, baseado em três índices de preços (IGP-M, IPC-FIPE e IPCA): unidade de reajuste de valores (URV), e como meio pagamento, a moeda corrente, o cruzeiro real. (GREMAUD et al., 2002).

De acordo com Pastore e Pinotti (1999), todos os preços, valores nominais de contratos e a taxa de câmbio, passaram a ser reajustado diariamente pela URV, mantendo uma paridade fixa de um para um com o dólar, exceto os contratos mais curto que doze meses, o que eliminou a indexação de salários dentro do ano, portanto, os salários foram indexados a taxas passadas de inflação. A inflação persistia na moeda em circulação (Cr\$), mas não na unidade de conta. Portanto, conforme Gremaud et al., (2002, p.474): “O valor da URV seria a própria taxa de câmbio.”

Quando quase todos os preços estavam expressos em URV, o governo introduziu a nova moeda, o Real (R\$), em 1º de julho, o valor era igual o da URV e igual ao dólar do dia: Cr\$ 2.750,00 todos os preços em cruzeiro foram convertido em real, dividindo-se pelo valor da URV. (GREMAUD et al., 2002).

Logo no primeiro mês após a implantação do Plano Real, a taxa de inflação caiu, mas, não tão rápido como no Plano Cruzado, devido a tentativa dos agentes beneficiarem-se com a confusão inicial, e de não ter utilizado o recurso do congelamento.

Após a vitória do ex-ministro da fazenda (Fernando Henrique Cardoso) para Presidente da República, em outubro de 1994, houve tentativa de controle da demanda, por

meio da imposição as operações de crédito e imposição do depósito compulsório de 100% sobre as captações adicionais do sistema financeiro, diminuição nos prazos de financiamento, e manutenção da taxa de juros elevadas. Para que os choques não se transformassem em processo inflacionário, seja reduzir repasse dos custos para os preços e conter o consumo. (GREMAUD et al., 2002).

O consumidor demonstrou insensibilidade com relação à taxa de juros real. Para ele, a certeza sobre o valor da prestação, e o número de prestações, era mais importante do que o próprio custo do financiamento. Portanto, não conseguiu conter a expansão do crédito, e em novembro, as taxas de juros voltavam a cair. (GREMAUD et al., 2002).

Outra medida para romper com o processo de repasse, foi a valorização da taxa de câmbio, em um contexto no qual o grau de abertura para o exterior tinha aumentado. O câmbio sobrevalorizado, implicava na queda dos preços das importações, o que forçava queda dos preços internos, dado a concorrência externa, garantindo a estabilidade.

Essa medida mostrou-se eficiente para os bens *tradeables*, ou seja, aqueles que são transacionados no mercado internacional, no caso dos bens *non-tradeables*, o processo de estabilização mostrou-se totalmente ineficazes. É o caso do setor de serviço: aluguel, mensalidades escolares, alimentação fora de casa, médicos e outros. Os preços dos serviços continuaram aumentando, em consequência destes setores não sofrerem concorrência internacional, e a estabilidade econômica somada ao crescimento econômico, pressionarem os salários reais, este aumento dos custos podendo repassar para os preços, enquanto a demanda se encontra aquecida (GREMAUD et al., 2002).

O crescimento da demanda deveu-se também ao aumento do poder aquisitivo das classes de baixa renda, do fato de deixarem de pagar o imposto inflacionário, mesmo com a indexação dos salários, à URV, estes eram corrigidos até o recebimento. “A estratégia utilizada para estabilizar as economias foi, de uma forma geral, fazer uma reforma monetária em que a nova moeda tinha uma taxa de câmbio fixa com o dólar (âncora cambial)”. (GREMAUD et al., 2002,p.476).

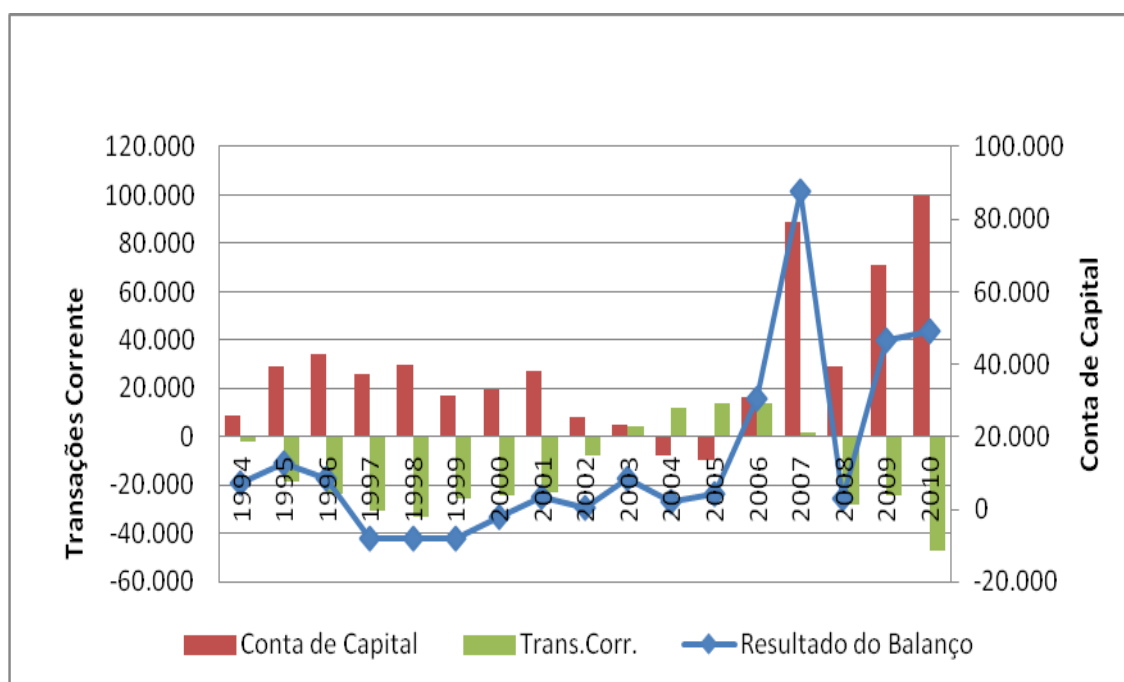
O instrumento de crédito após a queda da inflação, e sua estabilidade permitiu recompor este mecanismo. Com a perda da receita inflacionária pelo sistema financeiro, os bancos foram forçados a buscar outras receitas incrementando as operações de crédito.

As empresas sentiram-se estimuladas a aumentar seus investimentos, pelo crescimento da demanda, e pela maior disponibilidade de crédito. Outra consequência importante do plano, está relacionada à taxa de câmbio, valorizada a cotação do dólar, chegou a ser inferior ao real, durante os primeiros meses de circulação da nova moeda. Apesar dos preços terem

estabilizados, a taxa de câmbio extremamente valorizada, trouxe consequência negativa sobre o balanço de pagamento (endividamento externo, um aumento significativo da dívida pública e o retardamento do crescimento) (GIAMBIAGI; MOREIRA, 1999).

Consequentemente aumentaram as importações, houve redução das exportações, o que levou a balança de transações correntes ficar deficitária conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1- Conta de Capital, Transações Correntes e Saldo da Balança de Pagamento no Período de 1994 - 2010



Fonte: Banco Central do Brasil e Revista Conjuntura Econômica
Elaboração própria

Entre 1994 a 1995 o cenário internacional é atingido pela crise Mexicana. No Brasil, o resultado foi a apreciação do real, provocando uma crise cambial, findando este contexto por uma forte recessão.

“[...] o êxito do Real dependeu quase que exclusivamente do rigor da política monetária, e os juros tiveram uma papel crucial para preservar o Plano”. (GIAMBIAGI, 2011, p.174).

2.2 O Primeiro Mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)

Em primeiro de janeiro de 1995, tomou posse para Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Logo no primeiro momento, viu a necessidade de tomar novas medidas. “Com a elevação dos déficits em contas correntes e diante da perda das reservas ocorrida na

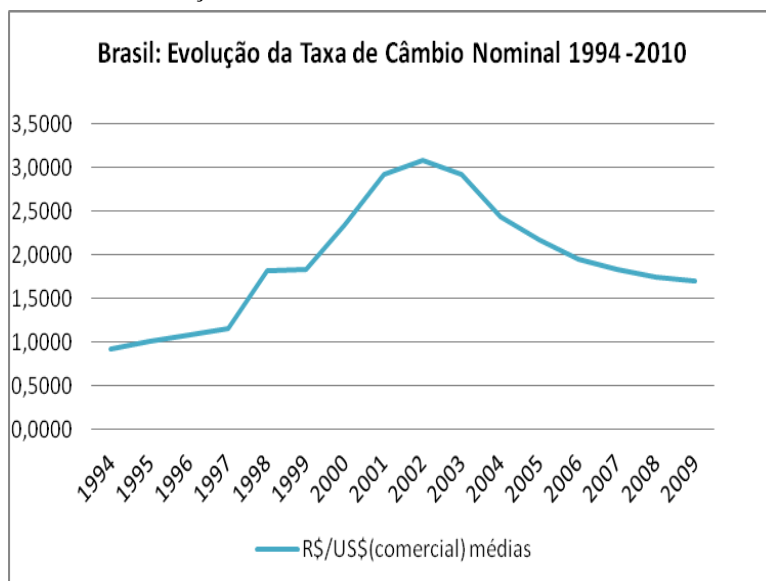
sequência da crise mexicana, as taxas de juros foram colocadas em níveis mais elevados.” (PASTORE e PINOTTI, 1999, p. 21).

Tabela 1- Brasil: Indicadores macroeconômicos selecionados 1994 - 2010

ANO	PIB Cres. Real (%a.a.)	FBCF/ PIB (%)	Inflação (IPCA) (% a.a.)	Taxa de Juros (em % ao ano) Overnight -Selic.	TJLP	Balanço de pagamento			Taxa de Câmbio
						Resultado do Balanço	Conta de Capital	Trans.Corr.	
1994	5,3	20,7	916,41			7.215	8.692	-1.811	
1995	4,4	18,3	22,41		23,37	12.919	29.095	-18.384	0,97
1996	2,2	16,9	9,56		16,04	8.666	33.968	-23.502	1,04
1997	3,4	17,4	5,22		10,13	-7.907	25.800	-30.452	1,11
1998	0,0	17,0	1,65	31,24	11,66	-7.970	29.702	-33.416	1,21
1999	0,3	15,7	8,94	18,99	13,22	-7.822	17.319	-25.335	1,84
2000	4,3	16,8	5,97	16,19	10,75	-2.262	19.326	-24.225	1,96
2001	1,3	17,0	7,67	19,05	9,50	3.307	27.052	-23.215	2,36
2002	2,7	16,4	12,53	23,03	9,87	302	8.004	-7.637	3,63
2003	1,1	15,3	9,30	16,91	11,50	8.496	5.111	4.177	2,93
2004	5,7	16,1	7,60	17,50	9,87	2.244	-7.523	11.679	2,72
2005	3,2	15,9	5,69	18,24	9,75	4.319	-9.464	13.985	2,29
2006	4,0	16,4	3,14	13,19	7,87	30.569	16.299	13.643	2,15
2007	6,1	17,4	4,46	11,18	6,37	87.484	89.086	1.551	1,79
2008	5,2	19,1	5,90	13,64	6,25	2.969	29.352	-28.192	2,39
2009	-0,6	16,9	4,31	13,65	6,12	46.651	71.301	-24.302	1,75
2010	7,5	18,4	5,90	10,66	6,00	49.101	99.912	-47.273	

Fonte: Banco Central do Brasil e Revista Conjuntura Econômica
Elaboração própria

Esta medida impactou na demanda interna, ampliando o controle da mesma, e restringindo o crédito. Com a elevação da taxa de juros, manteria a atratividade do país para o capital estrangeiro. Promoveu ainda uma desvalorização de 6% da taxa de câmbio, e alterou-se a política cambial, caracterizado por minidesvalorizações cambiais. Para estimular as exportações, criou o Adiantamento dos Contratos de Câmbio (ACC), que permitia aos exportadores beneficiarem se das elevadas taxas de juros internas, e elevação das tarifas de importação. (GREMAUD et al., 2002).

Gráfico 2- Evolução da Taxa de Cambio Nominal 1994 - 2010

Fonte: Dados originários da Tabela 1
Elaboração própria

A taxa de juros era usada no momento que colocava em risco o financiamento dos déficits em transações correntes. De acordo com Gremaud et al. (2002, p.488), “O governo teve que, por mais de duas vezes dobrar a taxa de juros no período - na crise asiática no final de 1997 e na crise russa no final de 1998”. A elevação da taxa de juros era um instrumento usado para conter a saída de recursos, e diminuir o processo especulativo em torno da taxa de câmbio.

Outro fator importante foi que a taxa de juros incidiu sobre a dívida pública, equivalente a 30% do PIB, e passou a ser aplicada a uma dívida crescente. Este período ficou caracterizado por uma dívida pública crescente, um déficit público (nominal) de 7% do PIB, na média de 1995-1998, e um déficit primário do setor público consolidado. Período marcado pela existência de dois desequilíbrios: o externo e fiscal. (GIAMBIAGI, 2011).

Depois de três ataques especulativos contra o Real – em 1995, 1997 e 1998, em cada uma das crises externas anteriores - o instrumento clássico de combate a esses ataques – a alta da taxa de juros – não mais se mostrava suficiente para debelar o problema, além de agravar seriamente a situação fiscal. (GIAMBIAGI, 2011, p.175).

A respeito da política cambial durante o Plano Real, Ferreira (2005, p.78), argumenta que:

A formulação da política cambial do Plano Real foi objeto de amplas discussões, sendo antecedida por mudanças decorrentes do processo de globalização da economia mundial. Dentre as medidas adotadas pelo governo brasileiro, merecem destaque o início da abertura comercial, a liberação do mercado financeiro e o programa de privatizações. Argumentava-se à época, que a política de acumulação de reservas por meio da manutenção de uma cotação artificialmente elevada do dólar foi nitidamente uma preparação para a instituição da conversibilidade com a taxa

fixa de câmbio. Com isto obteve-se a ancora cambial da estabilização. Além disso, foi inventada a possibilidade de introdução de um sistema de bandas, com uma faixa em que o Banco Central do Brasil não interviria, deixando flutuar o câmbio de acordo com as condições do mercado.

Portanto, a manutenção da estabilidade alcançada pelo plano real, durante o primeiro governo FHC, era baseado em: Déficit nas Balanças Comercial e de Transações Corrente, Política Monetária baseada em altas taxas de juros, política cambial de forte valorização inicial da moeda nacional, com pequenas desvalorizações ao longo do período, e trajetória com tendência aumento da dívida pública.

No primeiro mandato do Fernando Henrique Cardoso, o que pode ser observado é que terminou em meio a forte recessão, e os indicadores macroeconômicos revelavam fortes desequilíbrios, ou seja, endividamento externo, grande elevação da dívida pública e do câmbio valorizado, vulnerabilidade externa, déficit do balanço de pagamento. A taxa de crescimento do PIB real, conforme a Tabela 1², no primeiro ano de Governo, 1995, era 4,4% a.a., e revelou ao longo do mandato, trajetória de queda, passou para 0,0%. em 1999.

2.3 O Segundo Mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)

Foi bastante desfavorável no contexto externo para o Governo, pois enfrentou em 1999, a maior crise econômica da Argentina, em quase 100 anos. A crise da Rússia em 1998, levou os investidores internacionais perder a confiança no Brasil, implicando em fuga de capitais, que chegava US\$ 1 bilhão por dia. No final de 1998, e início de 1999, a moeda foi desvalorizada, saindo da cotação R\$/US\$ 1,20, para atingir a barreira dos 2 reais por dólar semanas depois, e a desvalorização representou o abandono do modelo de bandas cambiais, e adoção das metas de inflação. (GIAMBIAGI, 2011).

O governo FHC adotou modificações nos regimes cambial, fiscal e monetário, com a introdução das taxas de câmbio flutuantes, metas de superávit primário, e adoção de regime de metas de inflação. (DANTAS; CERQUEIRA, 2006).

Tabela 2- Histórico de Metas para Inflação no Brasil 1999 – 2010

Ano	Meta %	Inflação Efetiva (IPCA % a.a)	Taxa Selic Real*
1999	8,00	8,94	15,3
2000	6,00	5,97	10,8
2001	4,00	7,67	9,0
2002	3,50	12,53	5,9

² Tabela 1: p.22.

Média	5,38	8,78	10,3
2003	3,25	9,30	12,9
2004	3,75	7,60	8,0
2005	4,50	5,69	12,6
2006	4,50	3,14	11,6
2007	4,50	4,46	7,1
2008	4,50	5,90	6,2
2009	4,50	4,31	5,4
2010	4,50	5,91	3,6
Média	4,25	5,79	8,4

*Deflator: IPCA

Fonte: Giambiagi, 2011. Adaptado pelo autor.

Elaboração própria

Em 21 de junho de 1999, através do Decreto 3.088, as metas passaram a ser fixadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, mediante proposta do ministros de Estado e da Fazenda, o Bacen, responsável em executar as políticas necessárias para cumprir as metas fixadas.

Conforme se observa na Tabela 2, durante os quatro anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, a meta de inflação foi sucessivamente reduzindo, de 8% em 1999, para 3,5% em 2002, porém, a inflação efetiva só chegou a ser cumprida em 2000. No Governo Lula, situou-se abaixo da meta da inflação em (2006, 2007 e 2009), nos demais anos, a inflação efetiva situou-se acima da meta que havia sido estipulada.

A taxa básica de juros Selic, apresentou forte queda de (1999 a 2002), e durante o Governo Lula. No primeiro mandato manteve elevada em 2006, chegando a 11,6%, enquanto no segundo mandato, reduziu, e chegou o ano de 2010 em 3,6%.

Calculando a média da Inflação e da Taxa de Juros Selic, podemos observar que a política monetária apresentou melhores resultados no Governo de Luis Inácio Lula da Silva.

Em 2001 ocorreu a crise energética no Brasil, combinado no mesmo ano com o atentado terrorista contra as Torres Gêmeas de Nova York, ao World Trade Center, a desvalorização do Euro, e uma queda de 17% do preço médio das exportações brasileiras entre (1998 a 2002), gerado pela contração da maioria dos mercados consumidores da América Latina. (GIAMBIAGI, 2011).

Conforme Ferreira (2006, p.82), para conter a desvalorização do real frente ao dólar, o Banco Central adotou três medidas de política monetária:

(I) alterou o mecanismo de cálculo do recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista para reduzir a quantidade de moeda em poder dos bancos comerciais. Com

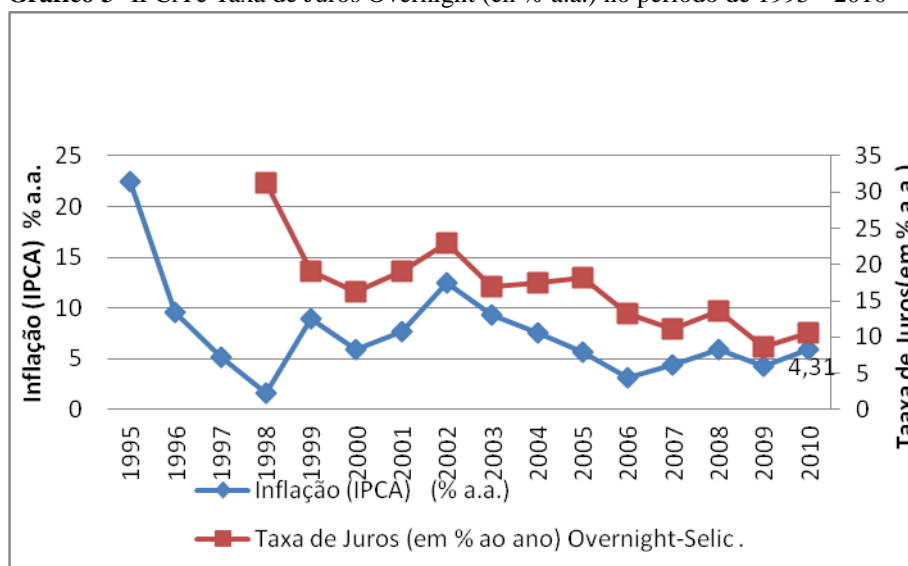
isto, reduziu a disponibilidade de recursos às instituições financeiras para aplicação em dólar norte-americano;

(II) mudou a base de cálculo de maneira a aumentar a exigência de patrimônio líquido dos bancos comerciais que quisessem manter aplicações em dólar e euro. Estando no limite, a instituição teria de aumentar seu patrimônio líquido ou vender os dólares de sua carteira;

(III) aumentou de zero para 10% o encaixa compulsório sobre os depósitos a prazo, retirando, em consequência, R\$ 10 bilhões do meio de circulação.

A função básica do Banco Central e da política monetária é o cumprimento da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional, usando como instrumento a taxa de juros, instrumento utilizado para controlar a inflação. Esta relação é chamada de Regra de Taylor. Baseada na política monetária de acordo o qual o banco central estabelece a taxa de juros como uma função da inflação e do desvio da produção em relação ao nível natural. (MANKIW, 2010).

Gráfico 3- IPCA e Taxa de Juros Overnight (em % a.a.) no período de 1995 - 2010



Fonte: Dados originários da Tabela 1

Elaboração própria

Ainda com referência à mudança de política econômica adotada após a crise de 1999, Dantas e Cerqueira (2005, p.154) esclarecem que:

A política econômica que passou a ser empregada no Brasil desde a eclosão da crise externa de Janeiro de 1999 sustentava-se em três pilares fundamentais: primeiro e imediatamente decorrente da crise do balanço de pagamentos, a adoção de um regime de câmbio flutuante, resultante da incapacidade de prosseguimento das bases da âncora cambial que fundamentaram o Plano Real; segundo, como mecanismo de estabilização de preços, uma política monetária fundada em metas inflacionárias; e terceiro, estreitamente associada a uma política monetária, uma política fiscal austera definindo níveis de superávit primário que amortecem o potencial efeito explosivo da dívida pública num contexto de elevadas taxas de juros, muito superiores à taxa de crescimento do PIB. Neste caso, o objetivo era compensar as despesas financeiras do governo com um saldo positivo nos gastos e receitas

correntes, evitando um crescimento descontrolado do déficit público operacional. A política fiscal seguiria, portanto, uma função de variável de ajuste, dado o papel da taxa de juros como mecanismo de estabilização. A racionalidade desta tríade de diretrizes da política econômica baseava-se na suposição de que o mecanismo da política econômica baseava-se na suposição de que mecanismos de política macro não têm efeito sobre o nível de atividade, mas apenas sobre o nível de preços (inflação). A estabilização de preço é, destarte, o objetivo único a ser perseguido pela política macroeconômica.

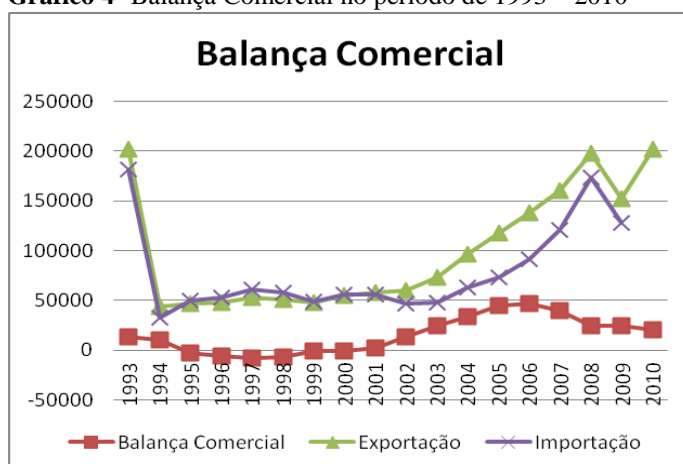
As medidas adotadas pelo Governo para conter os efeitos externos foi a necessidade de desvalorização cambial e refletiu negativamente na dinâmica dos preços e dos juros para conter inflação. E o aumento da dívida pública, foi outra consequência significativa, pois uma parcela dos títulos públicos estava atrelada ao dólar.

Com relação a política fiscal, o Governo aprovou a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF, em substituição ao IPMF, com alíquota maior (0,38%), do aumento do Cofins, de 2%, para 3%, estendendo para instituições financeiras, e cobrança de contribuição previdenciária dos inativos e pensionistas do setor público, elevando significativamente a arrecadação. (GREMAUD et al., 2002).

Visando a manutenção da estabilidade econômica duradoura, e buscando corrigir o desequilíbrio dos gastos públicos, o Governo FHC aprovou, em maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101). Tal Lei impõe limites ao endividamento e penalizações aos gestores públicos que não cumprirem a lei. (MACHADO, 2007).

As exportações ficaram a desejar no período de 1995 a 2001, e podem ser vistas no Gráfico 4. Para Gremaud et al. (2002), o fraco desempenho das exportações deveu-se a redução dos preços das principais commodities exportáveis, queda da atividade econômica na América Latina, e incertezas dos exportadores. A balança comercial apresenta um tímido crescimento a partir de 2002.

Gráfico 4- Balança Comercial no período de 1993 – 2010



Fonte: Banco Central
Elaboração própria

De acordo com Giambiagi (2011), entre 1998 a 2002, devido à Taxa de Câmbio, as exportações reais nas Contas Nacionais, tiveram um crescimento real médio de 10% a.a, e as importações, um declínio médio anual de 4%, o que pode ser observado é que a balança comercial apresentou um tímido crescimento.

Em 2000, o Brasil apresentou a maior taxa de crescimento do período 4,3%, impulsionado principalmente pela taxa de câmbio, porém em 2001 esse crescimento despencou para 1,3%, conforme pode ser observado na Tabela 1³. Os fatos que levaram esta piora, podem destacar a crise Argentina e a crise energética, com o racionamento de energia no país. Em termo de inflação, em 1999 a alta dos preços foi de 8,94%, e em 2000, caiu para 5,97%. O resultado do balanço de pagamento 1999, apresentou melhora significativa, o saldo de 7.822 negativo passou para 302 positivo.

Para amenizar os impactos das crises sofridas no Brasil, o Governo Fernando Henrique Cardoso fechou três acordos com Fundo Monetário Internacional (FMI): em novembro de 1998, logo depois do agravamento da crise Russa; em 2001 com a crise Argentina; e em 2002, com o agravamento da crise Argentina. Estes acordos implicaram em medidas de ajuste fiscal, e foram definidas metas de superávit primário (receita menos despesas sem incluir despesas com juros), elevação da taxa de juros, restringindo os investimentos para atender as exigências do FMI, e garantir a estabilidade econômica. (MANFRINI, 2002).

No último ano de mandato de FHC, foi marcado por pressões cambiais que geraram pressões inflacionárias, acompanhadas por elevação nas taxas de juros, maior elevação da dívida pública, baixa taxa de crescimento do produto, e desemprego em elevação.

Uma das razões pelas quais o candidato do governo FHC à presidente da República (José Serra) acabou sendo derrotado nas eleições de 2002 foi, certamente, a avaliação de que a política econômica tinha deixado a desejar em termos dos seus efeitos sobre a renda e o emprego. (GIAMBIAGI, 2011, p.192).

2.4 O Primeiro Mandato de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006)

Ao assumir a presidência da república em 1º de janeiro de 2003, Luis Inácio Lula da Silva já se encontrava comprometido com acordo feito pelo Governo anterior, ao Fundo Monetário Internacional (FMI), portanto estava condicionado em cumprir as regras ditadas no acordo, conforme o trecho da carta divulgado em 9 de agosto de 2002:

³ Tabela 1: p.22.

[...] Se vencermos as eleições, vamos, desde o primeiro dia, lutar de modo incansável para aumentar a produção. Apostamos em um modelo econômico alternativo, em que o Brasil volte a crescer, a exportar mais e a diminuir sua dependência do exterior. Na "Carta ao Povo Brasileiro" assumimos dois compromissos para nossa estratégia de transição rumo a um novo modelo: o de honrar todos os contratos, internos e externos, e o de preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade de o governo honrar seus compromissos. Para o próximo ano, o Congresso Nacional já estabeleceu a meta de 3,75% do PIB. O acordo com o FMI estende essa meta para os anos de 2004 e 2005, o que restringe a liberdade de política econômica do próximo governo. Nosso governo se empenhará em criar condições para superar essa restrição, agindo no sentido de estimular o crescimento e de reduzir, de modo sustentável, a taxa de juros. Esse é o melhor caminho para melhorar essa relação dívida/PIB.

Portanto o governo Lula continuou e aprofundou a política de geração de superávit primário, de 3,75% do PIB deixado pelo governo FHC, passou para 4,25% em 2003. Segundo Giambiagi (2011), porque a situação econômica não era a mesma de 2002, o reajuste foi necessário primeiro para reconquistar a confiança da comunidade financeira, segundo porque teria que aumentar a taxa de juros para controlar a inflação, e por último, porque a dívida pública tinha aumentado muito.

A política do Presidente Lula fundamentou no tripé já conhecido no Governo de FHC: política de câmbio flutuante, regime de metas de inflação (política monetária) e superávit primário (austeridade fiscal. Gerou resultados positivos, queda da inflação em 2003, fechou o ano em 9,3% , conforme pode ser verificado na Tabela 1⁴, apesar de ter ficado acima da meta 8,5%, entrada de recursos, que por sua vez contribuiu para fazer cair a cotação do dólar. Porém, as altas taxas de juros, levou a contração das atividades econômicas. A dívida pública apresentou aumento de 36,1% para 42,0% do PIB, dado o aumento da taxa de juro real. Giambiagi (2011).

Portanto, a taxa de juros está diretamente ligado a dívida pública, quanto maior a taxa de juros, maior é o valor pago por esse juros da dívida, pois os títulos da dívida pública tem como referência a taxa de juros.

Após 2003, houve redução gradual dos juros nominais e reais, levando aumento do consumo e dos investimentos, mas a taxa de desemprego continuou desfavorável. O Governo estimulou a política creditícia, dada a modalidade do crédito consignado em maio de 2002, empréstimo com desconto em folha de pagamento. A vantagem que a taxa de juro cobrada aos seus clientes é menor, já que o risco é quase nulo. Em 2002, a relação crédito/PIB representava 24% PIB, e em 2006 chegava a 32,56 % do PIB.,

⁴ Tabela 1: p.22.

No campo externo, a valorização da moeda com relação ao dólar não apresentou uma perda de competitividade das exportações brasileiras, por ter sido acompanhada da valorização do euro em relação ao dólar, o Brasil se beneficiou do crescimento mundial.

O Saldo da Balança Comercial quase que dobrou de 2002 para 2003, e continuou crescendo até 2006. Segundo Giambiagi (2011), estes superávits deveu-se a melhoria significativa do preço das exportações, ou seja, os preços entre as médias anuais, em dólar dos produtos básicos, cresceram de 164%, enquanto os semifaturados 134%. Porém a participação dos manufaturados na pauta das exportações em 1985 tinha alcançado 55% do total, manteve com este nível, apresentado algumas oscilações até 2002, chegou 2010 com a participação de 39%, a evolução quantum da exportação não apresentou incremento.

Apesar da melhora significativa do preço das “commodities”, a combinação de apreciação cambial, maior crescimento do PIB e forte predomínio da absorção doméstica gerou uma tendência gradual à deterioração da posição externa do país (GIAMBIAGI, 2011, p.221).

O preço alto das commodities ajudou na valorização da taxa de câmbio, conseqüentemente trouxe divisas ao país, favorecendo a queda na conta de transações correntes e a elevação das reservas de 2002 a 2007.

Em 2006 é caracterizado pela ruptura da trajetória de crescimento, marcado pela instabilidade que vem desde 1999, o País passou a conviver com um comportamento mais estável, queda significativa da taxa de juros, Em 2005, 18,24 passou para 13,19 no ano seguinte, e mostrou o resultado bastante animador no balanço de pagamento que passou de 4.319 para 30.569. Em termos de inflação, o IPCA atingiu a marca de 3,14%, a menor taxa desde o início de implantação das metas. Em 1999 e ainda no mesmo ano o CMN manteve o ponto central da meta inflacionária do Brasil em 4,5%, e reduzindo as margens para 2 pontos percentuais para cima ou para baixo. Período marcado pelo controle da inflação, austeridade fiscal, com altas taxas de juros e baixo crescimento do PIB, os dados podem ser verificado na Tabela 1⁵.

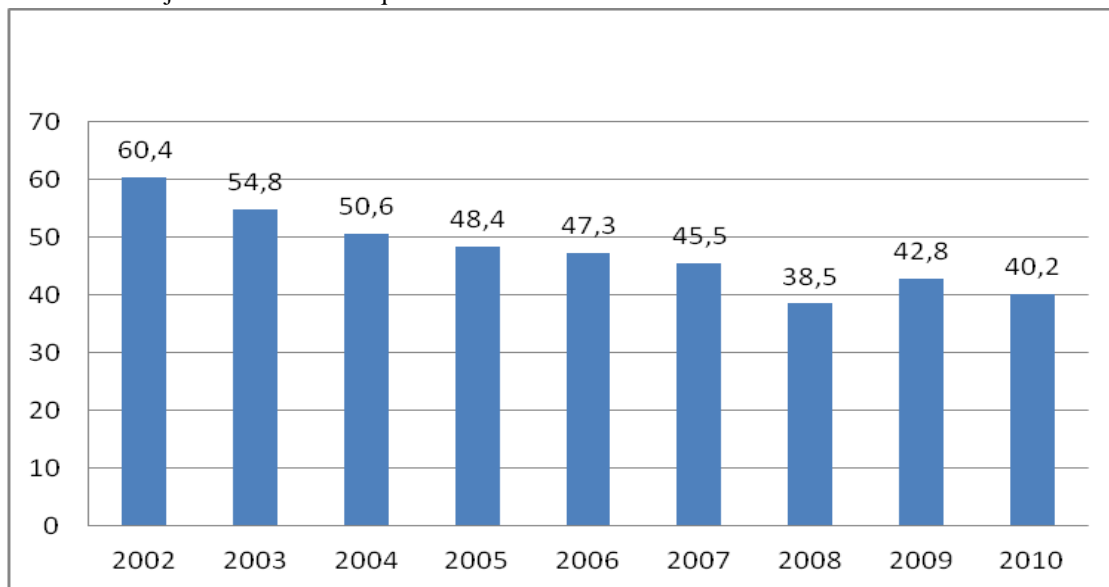
2.5 O Segundo Mandato de Luis Inácio Lula da Silva (2007-2010)

No segundo governo, o Brasil estar livre das exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), por ter quitado a dívida externa em 2005, e não ter renovado o acordo com o mesmo. A queda da dívida fez o Brasil começar a caminhar sem a preocupação de

⁵ Tabela 1: p.22.

cumprir o acordo com FMI, portanto teve mais liberdade para serem adotados instrumentos de política econômica mais flexível: aumentou os gastos do governo, promoveu investimentos e afrouxamento dos superávits primários.

Gráfico 5- Trajetória da Dívida Líquida do Setor Público



Fonte: Giambiagi, 2011

Elaboração própria

O Gráfico 5, mostra a trajetória da dívida. O conjunto da dívida interna com dívida externa de 2002 a 2010, caiu de 60,4% para 40,2% do PIB, este indicador favoreceu para que o Brasil fosse visto com bons olhos e aumentasse a confiança dos investidores.

Segundo Giambiagi (2011), o segundo mandato ocorre mudanças econômicas que coincidiu com a queda do ex-ministro Antonio Palocci Filho e o novo ministro da Fazenda Guido Mantega, onde a política fiscal tornou-se mais agressiva em termos de expansão de gastos público.

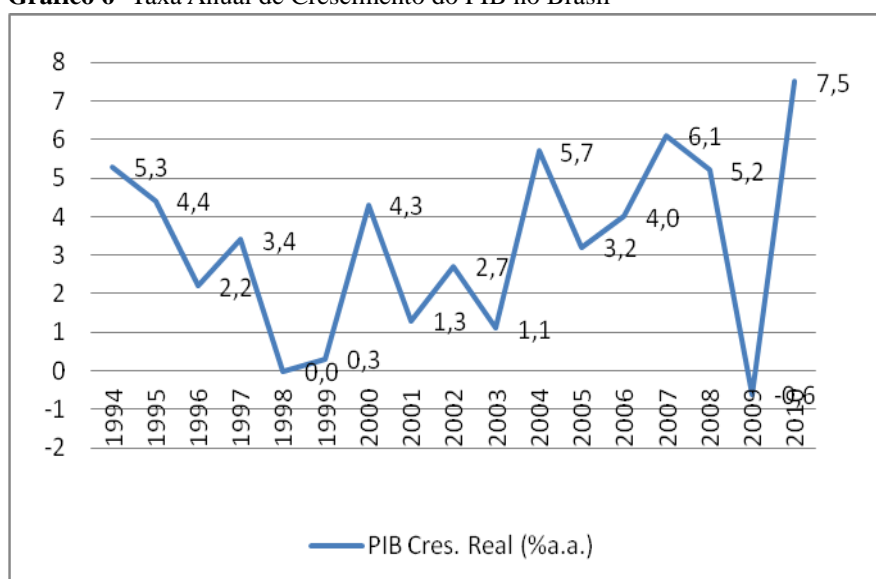
Em 2007, foi implantado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), programa do Governo Federal onde seus principais desafios foram estabilizar a economia e implementar novo modelo de desenvolvimento para o País, combinando crescimento com distribuição de renda (BRASIL, 2010).

O PAC envolve série de medidas em investimento em áreas estratégicas, dividido em cinco blocos: a) medidas direcionadas a infraestrutura, incluindo a infraestrutura social, como habitação, saneamento e transporte em massa; b) estimular o crédito e financiamento; c) melhoria do marco regulatório na área ambiental; d) desoneração tributária; e) medidas fiscais de longo prazo (BRASIL, 2007).

O investimento em infraestrutura foi dividido em três eixos: infraestrutura energética (geração e transmissão de energia elétrica; produção, exploração e transporte de petróleo; gás natural e combustíveis renováveis), infraestrutura logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias) e infraestrutura social e urbana (saneamento, habitação, transporte urbano, luz para todos e recursos hídricos). (CARVALHO; LEPIKSON, 2007).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é um importante instrumento impulsionador para a economia, principalmente pelos investimentos nas obras de infraestrutura.

Gráfico 6- Taxa Anual de Crescimento do PIB no Brasil



Elaboração Própria

Fonte: Revista Conjuntura Econômica

O resultado das medidas do Governo em 2007 foi bastante favorável, levou o crescimento da taxa anual do PIB em 2006, de 4% para 6,1% no ano seguinte, mas em 2008 foi surpreendido pela crise financeira internacional, que veio repercutir nos indicadores conforme a Gráfico 6, contudo em 2010, o país conseguiu recuperar-se da crise.

Em 2008 o Governo Brasileiro toma série de medidas para reduzir o impacto da crise financeira internacional: zera o imposto de produtos industrializados (IPI) para automóveis, matérias de construção civil, e reduz para os eletrodomésticos, além de subsídios a compra de imóveis pela população de baixa renda, através do programa habitacional.

De acordo com o Tribunal de Contas da União (2009), o Governo para conter a queda da produção industrial de insumos da construção civil de outubro de 2008 a fevereiro de 2009, “aumenta de R\$ 7 mil para R\$ 25 mil no limite de empréstimo para compra de material de

construção. Disponibilização, em novembro de 2008, de crédito de R\$ 2 bilhões para estimular o consumo em diversos setores, incluindo o de materiais de construção.”

Segundo o 11º Balanço do PAC, divulgado em dezembro de 2010, o Governo tomou uma série de medidas de estímulo ao crédito, ao financiamento e desonerações tributárias:

- a) a redução da Taxa de Juros de Longo Prazo em 2007, os volumes das operações de crédito do BNDES aumentaram 26,5% em relação a 2006 , perfazendo um total de R\$ 65 bilhões, em 2008, R\$ 91 bilhões, e em 2009, houve 158 bilhões em projetos aprovados, e desembolso de R\$ 137,4 bilhões; e de acordo com estudos realizado pelo (IPEA 2010, p. 20) em relação ao crédito:

A política de crédito público teve um papel estratégico entre os instrumentos postos em ação. O governo federal passou a utilizar seus bancos públicos, notadamente o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para viabilizarem uma ampliação do crédito, estimulando um ciclo de investimentos – no início da década os bancos públicos ofertavam pouco mais de 25% do crédito total da economia, e em fevereiro de 2010 chegaram a ofertar 41% – e, dessa forma, mantendo o nível de atividade e do emprego em patamar elevado. Somente o BNDES realizou desembolsos ao setor produtivo, com vistas à expansão da formação bruta de capital fixo, entre 2003 e 2009, no montante acumulado de R\$ 510,3 bilhões (a preços de 2008).

- b) redução dos Spreads do BNDES para Infraestrutura, Logística e Desenvolvimento urbano, criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura com Recursos do FGTS, concessão de crédito à Caixa para aplicação em saneamento e habitação, ampliação do limite de crédito ao setor público, para investimento e saneamento e habitação, elevação da liquidez do Fundo de Arredamento Residencial (FAR);
- c) Medidas de desoneração tributária destacam-se: a redução do IPI de 5% para zero nos perfis de aço, desoneração das obras de infraestrutura (suspensão da cobrança do PIS/COFINS para novos projetos e desoneração do fundo de investimento em infraestrutura (isenção de imposto de renda).

Antes de lançar o programa Minha Casa Minha Vida, o Governo em 2004 implantou uma série de medidas, conforme informações do (IPEA, 2009, p.411).

1) Redução e unificação das taxas de juros dos programas de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) na área de habitação popular, ampliação do prazo máximo para amortização dos financiamentos de pessoas físicas e revisão dos programas e das diretrizes de aplicação dos recursos do FGTS pelas Resoluções do Conselho Curador do FGTS no 460/2004 e no 518/2007, gerando grande mudança no uso dos subsídios deste fundo, que passaram a priorizar o financiamento às pessoas físicas com renda familiar bruta mensal de até cinco salários mínimos.

2) Criação do Programa Crédito Solidário, em abril de 2004, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), que não investia em habitação desde 1996, visando resgatar participação de associações e cooperativas populares na produção de Habitação de Interesse Social (HIS).

3) Criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) pela Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005, resultado do projeto de lei de iniciativa popular entregue ao Congresso Nacional em 1992. O FNHIS visa articular ações e recursos dos entes federativos, direcionando-os a famílias de baixa renda, e tem alocado R\$ 1 bilhão por ano desde 2006, com previsão de igual montante anual até 2010.

4) Inclusão de ações de habitação e saneamento, sobretudo as relativas à urbanização de favelas, entre investimentos prioritários do PAC em 2007, que preveem aporte de recursos de R\$ 55,9 bilhões para investimentos em habitação, entre 2007 a 2010, incluindo R\$ 11,1 bilhões em urbanização de assentamentos precários.

Outro instrumento importante do ponto de vista da infraestrutura social e urbana foi o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), conforme Medida Provisória 459, de 25 de março de 2009, que converteu na Lei nº 11.977, de julho de 2009. O objetivo de construir um milhão de moradias e combater a crise atual por meio da geração de emprego e renda. (IPEA, 2009).

Conforme Dantas (2011), este programa compreende cinco ações:

- a) o programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) para aquisição de imóvel novo, residentes em áreas urbanas, e pelo segmento populacional de menor renda;
- b) o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), aquisição de moradias para trabalhadores rurais e para os agricultores;
- c) a autorização para a União transferir recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS);
- d) a autorização para a União participar do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGH);
- e) Programa que visa reduzir déficit de moradia ou déficit habitacional, a autorização para a União conceder subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), favorecendo as indústrias de insumos produzidos no país, além de impulsionar a criação de emprego formal.

Conforme a capacidade de pagamento das famílias foram divididas em três grupos de atuação, conforme IPEA (2009, p.416):

1) Para famílias com renda de até três salários mínimos, são previstas a construção de 400 mil unidades habitacionais, por meio de subsídio integral com isenção do seguro. A União aplicará R\$ 16 bilhões, sendo responsabilidade dos estados e municípios cadastramento das famílias e apresentação de projetos em parceria com construtoras.

2) Para famílias com renda de três a seis salários mínimos, são previstas a construção de 400 mil unidades habitacionais, por meio de aumento do subsídio parcial em financiamentos com redução dos custos do seguro e acesso ao FGHB, mediante contribuição de 0,5% do valor da prestação. Além de aporte da União, de R\$ 2,5 bilhões, e do FGTS, de R\$ 7,5 bilhões, estas famílias contarão com redução dos juros e aumento de subsídios.

3) Para famílias com renda de seis a dez salários mínimos, são previstas a construção de 200 mil unidades habitacionais, por meio de estímulo à compra com redução dos custos do seguro e permissão de acesso ao FGHB, mediante contribuição de 0,5% do valor da prestação.

O sistema bancário não foi atingido pela crise externa, porque o mesmo vinha atrelado a altas taxas de juros, suas operações eram protegidas por uma política e câmbio sobrevalorizado, os bancos instalados no Brasil dispunha de alternativas mais rentáveis e seguras, Gentil e Maringoni (2009).

Apesar dos Bancos não apresentarem fragilidade com relação à crise, o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional (CMN) adotaram um conjunto de medidas para reduzir os efeitos sobre os bancos, e incentivar a oferta de crédito:

- a) abatimento no recolhimento do compulsório;
- b) aperfeiçoamento na regulamentação do redesconto;
- c) operações com o Fundo Garantidor de Crédito para aumentar os recursos para bancos médios e pequenos;
- d) retirada da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF);
- e) utilização de reservas cambiais para financiar exportações por meio de leilão de compra de títulos de bancos que financiam o comércio exterior brasileiro;
- f) empréstimo direto do Banco Central a bancos privados em moeda estrangeira, voltados exclusivamente ao comércio exterior;
- g) a retomada dos leilões de swap cambial - é uma operação feita pelo BC, que funciona como uma compra futura de dólares. (GENTIL e MARINGONI, 2009). Os leilões de swap cambial, o órgão paga ao mercado um rendimento em juros e recebe em troca a variação cambial do período de duração do contrato. Se o dólar cair, os investidores ganham e o BC fica com o prejuízo (VEJA, 2011).

Conforme Gentil e Maringoni (2009), O resultado das medidas tomadas pelo Banco Central não foi o esperado, pois apesar da oferta de crédito ter expandido, não ampliou na proporção necessária para refrear de forma imediata a crise. Os bancos e os agentes privados apostaram mais em sua própria segurança. O fenômeno comprova que o capital financeiro privado não assume o papel de agente anticíclico no enfrentamento da crise. Para Munhoz

(2009), a economia foi atingida por crise de confiança dos empresários, isto é uma crise de contenção de gastos de investimento e consumo.

E com relação às exportações, conforme Gentil e Maringoni (2009), as exportações foram afetadas pela crise externa, sofreram diminuição expressiva em função da retração da demanda mundial, queda dos preços internacionais e restrições de crédito externo. Ainda trouxe retração na indústria, dado a participação declinante das exportações de manufaturados, no mesmo momento que houve aumento das vendas no comércio varejista, mantendo o nível de consumo interno.

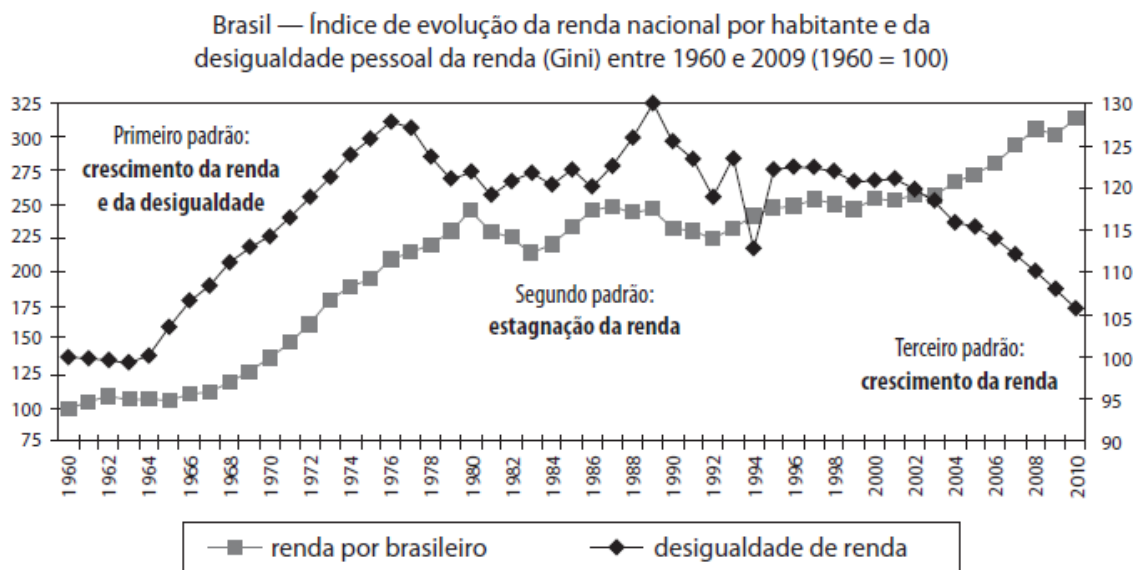
Em 2010, o Banco Central deu início ao processo de retirada gradual dos incentivos para minimizar os efeitos da crise financeira internacional de 2008. Elevou os recolhimentos compulsórios sobre os depósitos à vista e a prazo, com a intenção de reduzir a liquidez na economia, e evitar que o aumento da demanda acima das possibilidades da economia real, com essas medidas retirou-se do mercado R\$ 61 bilhões. Aumentou as exigências de capital para operações de crédito às pessoas físicas com prazos superiores a 24 meses, exceto às operações no setor rural, crédito habitacional e aquisição de veículos de carga.

Com relação ao crédito pessoal, Martins e Ferraz (2011) apontam: O segmento de Pessoas Físicas apresentou a tendência mais forte e mais clara de expansão ao longo dos anos dentro da esfera privada, refletindo não só a maior propensão destas, a se endividar com mudanças no Sistema Financeiro Nacional, que permitiram o maior acesso ao crédito pelas famílias. Esta trajetória se manteve, inclusive, após o período de crise, e determinou em larga medida a dinâmica do Mercado de Crédito Brasileiro. Esta ideia estar relacionada com o aumento do poder de comprar das famílias

Do ponto de vista do emprego, foi um período bastante favorável, houve inversão no mercado de trabalho, atingindo 52% da População Economicamente Ativa (PEA) em 2009, dos postos formais de trabalho, contra 44% no ano em 2001. Esse movimento do mercado de trabalho gerou efeitos correlatos sobre o comportamento dos salários, em particular o salário mínimo, tiveram ganhos reais durante a crise, Mattei e Magalhães (2011).

Estima-se que ao longo dos oito do governo Lula foram criados mais de 12 milhões de empregos formais, destacando-se o grande desempenho entre os anos de 2005 e 2008. A estratégia de apostar no investimento, contribuiu para que o País mantivesse a criação de novos postos formais de trabalho, mesmo em período de enfrentamento da crise financeira (BRASIL, 2010).

Gráfico 7 - Índice de Evolução da Renda Nacional por Habitante e da Desigualdade Pessoal da Renda (Gini) 1960-2009 (1960=100)



Fonte: IBGE

É importante destacar que a expansão dos investimento públicos, tem aberto novas oportunidades de emprego formal, e neste processo, tem melhorado a renda da população.

Através do estudo realizado por Porchmann (2010), onde procurou mostrar a mobilidade social, ou seja, alterações de posições de distintos segmentos populacionais no interior da estrutura social, sob a luz de dois indicadores: a variação da renda per capita e do índice de desigualdade pessoal da renda (Gini).

Nesse estudo foram observados três períodos, conforme pode ser examinado no Gráfico 7: o primeiro de 1960 a 1980, onde a mudança social se caracterizou pela expansão da renda per capita, acompanhada de significativo crescimento da desigualdade na repartição da renda pessoal.

O segundo período ocorreu entre os anos de 1981 e 2003, onde se caracterizou pela estagnação da renda per capita acompanhada do estancamento do grau de desigualdade na repartição da renda pessoal, tendo em vista a superinflação até 1994, e de crises econômicas que rebaixaram a renda gerada.

O terceiro período de mudança social se reflete no gráfico de 2004 a 2010, apresentam a combinação da expansão da renda nacional per capita, com a queda na desigualdade pessoal da renda. A renda per capita cresceu 2,9% como média anual, para os anos de 2004 a 2010, e a desigualdade da renda pessoal caiu 1,5% em média ano, e a taxa de desemprego reduziu média anual 5,2%, (PORCHMANN, 2010).

De acordo com estudo realizado por Neri (2010), onde mostra a evolução das classes econômicas (A,B,C,D e E), medida em renda domiciliar total de todas as fontes (valores calculados a partir do conceito de renda domiciliar per capita). Revela importante resultado entre 1993 a 2009: a proporção de pessoas que recebem acima de R\$ 6.329 na classe A, cresce 0,18 %; a classe B (renda familiar entre 4854 e 6329 reais) cresce 3,5% em 2009, com relação a 2008; A classe C em 2003 atingia 37,56% da população, passa a 50,45% em 2009 ou seja, 94,9 milhões de brasileiros que tem renda acima de 1126 até 4854 reais mensais; A classe D sofre uma redução de 0,9 milhões de brasileiros, ou queda de 3%, compreendendo a população que recebe renda de 705 a 1126, reais e a classe E, houve a redução de 4,32 % em 2009, que corresponde à saída de 1 milhão de pessoas do grupo de renda familiar mais baixa até 705 reais mensais.

De acordo com o resultado da pesquisa:

[...] a classe C ocupa a classe dominante do ponto de vista econômico, pois concentram mais 46,2% do poder de compra dos brasileiros em 2009(45,7% em 2008) superando as classes AB estas com 44,1% do total de poder de compra. As classes D e E tem hoje 9,7% do poder de compra caindo dos 19,8% logo antes do plano Real. (NERI, 2010, p. 86).

Conforme Giambiagi (2011), os oito anos de Governo Luis Inácio Lula da Silva foi caracterizado pela estabilidade macroeconômica, e por avanços sociais importantes, apesar de alguns problemas ainda persistirem, ou seja, os déficits elevados em conta-corrente.

Evidentemente que o país pode crescer puxado pelo mercado interno, apesar da sobreapreciação cambial, mas a trajetória da economia tende a ser insustentável em função o desequilíbrio externo que provoca na balança comercial, sem contar com o estímulo à produção de commodities e de setores não comercializáveis, afetado a dinâmica tecnológica e levando à posterior retração macroeconômica. Gentil e Maringoni (2009).

3 CARACTERIZAÇÃO DO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

O setor da construção civil engloba segundo Conselho Nacional das Atividades Econômicas (CNAE 2.0), em três divisões: construção de edifícios, obras de infraestrutura e serviços especializados para a construção.

De acordo com CONCLA (Comissão Nacional de Classificação), a construção de edifícios compreende: a construção de edifícios para usos residenciais, comerciais, industriais, agropecuários e públicos. as reformas, manutenções correntes, complementações e alterações de imóveis; a montagem de estruturas pré-fabricadas in loco, para fins diversos de natureza permanente ou temporária.

A construção de obras de infraestrutura envolve a construção de autoestradas, vias urbanas, pontes, túneis, ferrovias, metrô, pistas de aeroportos, portos e redes de abastecimento de água, sistemas de irrigação, sistemas de esgoto, instalações industriais, redes de transporte por dutos (gasodutos, minerodutos, oleodutos), e linhas de eletricidade, instalações esportivas, etc.

E os serviços especializados para a construção, compreende a demolição e preparação do terreno, instalações elétricas, hidráulicas em construções, obras de acabamento e outros serviços especializados.

Conforme estudo realizado pelo SEBRAE-MG (2005), a construção civil no Brasil apresentam as seguintes características:

- a) é altamente intensivo na geração de emprego, predominando a utilização de mão de obra de baixa qualificação;
- b) sua demanda apresenta forte dependência da evolução da renda interna e das condições creditícias, ou seja, é interdependente entre o desempenho da economia nacional e a performance da indústria da construção civil, sendo sensível ao nível de renda e ao volume de crédito;
- c) possui reduzido coeficiente de importação, com elevada utilização de matéria prima nacional, é uma indústria que não exerce pressões sobre a balança comercial;
- d) níveis de produtividade e competitividade muito aquém do padrão existente nos países desenvolvidos, especialmente nos aspectos tecnológicos e de gestão;
- e) existência de problemas diversos quanto à padronização e ao cumprimento de normas técnicas, apresentado elevado não conformidade técnica dos materiais e componentes da construção habitacional.

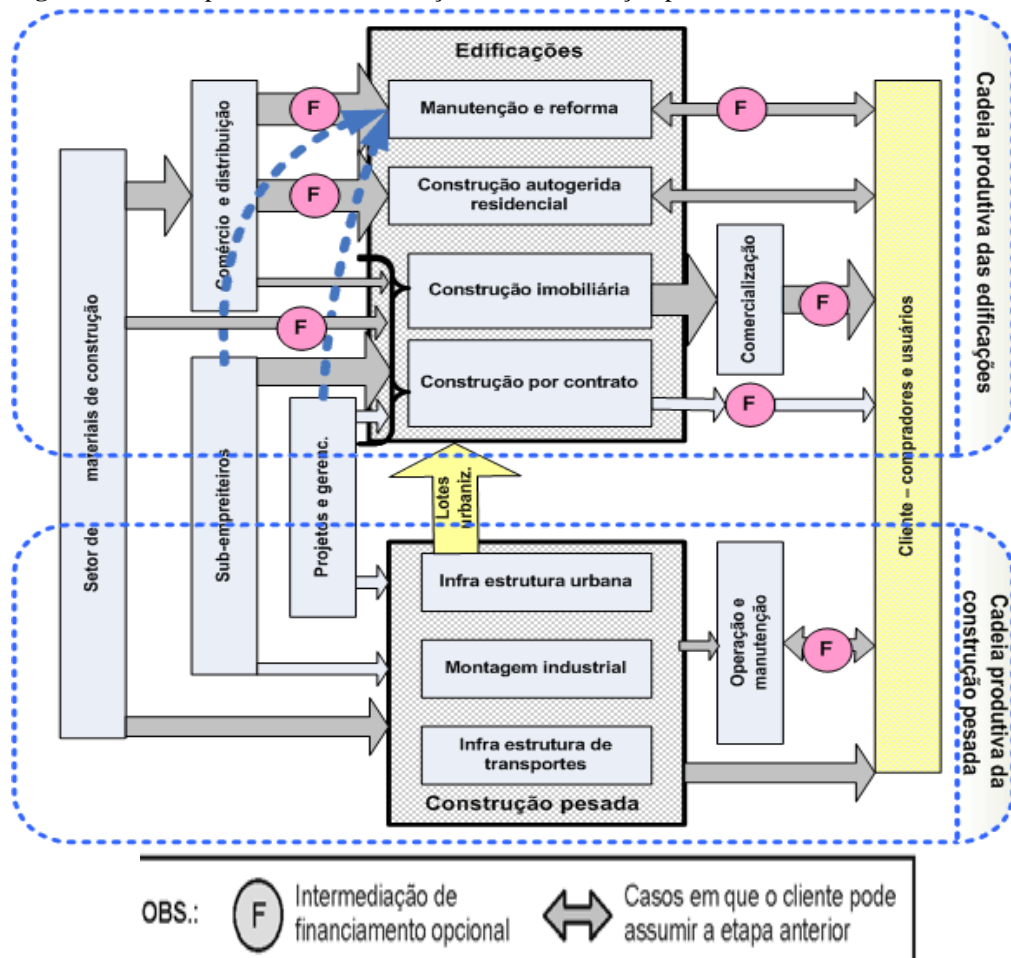
3.1 Importância Econômica da Construção Civil

É um setor estrategicamente de grande importância para a economia, pois seu sistema produtivo possui grande encadeamento para trás e para frente, com outros setores de atividade econômica, induzindo o crescimento para outras atividades.

A Indústria da Construção Civil absorve matérias primas, equipamentos para construção e setores de serviços e distribuição ligados a construção. É um setor que consome uma gama de insumos muito diversificada, desde a indústrias de tecnologia de ponta e capital intensivo, ou seja, cimento, mineração, siderurgia, química, até milhares de microempresa de serviços.

Segundo Nery (2010), de acordo com os dados da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat), a indústria de materiais vinha de um período de 20 anos de estagnação, e entre 2005 e 2009, este segmento já acumulou ganhos de 43,7%. Em 2006, o governo desonerou tributos como IPI, aumentou o crédito, ampliou os prazos de financiamento, e avançou nos investimento em infraestrutura.

Figura 1- Cadeia produtiva das Edificações e da Construção pesada



Fonte: Deconcic/Fiesp (2008)

Na cadeia da construção civil, de acordo com a Figura 1, são destacados os subsetores das edificações e o da infraestrutura. As edificações é um importante subsetor da construção civil, pois absorvem os serviços das empresas de construções de projetos, das subempreiteiras contratadas, responsáveis pela realização da obra e os materiais de construção. Segundo (TEIXEIRA; CARVALHO, 2006), a forte interligação para trás da indústria da construção com outras atividades permite classificá-la como um setor chave para a economia brasileira.

As edificações dividem-se em manutenção e reforma, construção autogerida residencial, construção imobiliária, e construção por contrato. De acordo com Monteiro Filha; Costa; Rocha (2010), a construção autogerida residencial ocorre quando o próprio dono administra a construção do imóvel; e a construção por contrato ou construção imobiliária vai depender do nicho de mercado a que se destina a obra. Se os clientes forem públicos a construção é por contrato, na construção de escolas, presídios, hospitais, onde não é permitido ao construtor a obtenção de lucros. Se os clientes forem privados, é permitido a obtenção de lucro, passa a ser chamada de a construção imobiliária.

Na construção imobiliária, predomina o mercado de construção de edifícios residenciais, com realização de empreendimentos sob a responsabilidade de uma incorporadora, que irá realizar operações de construção por contrato, com subempreiteiros e construtoras, além de efetuar a comercialização do imóvel. As empresas incorporadoras são responsáveis pela articulação dos agentes e pelos recursos necessários para a construção do projeto – como a identificação de terras disponíveis, a definição dos moldes do empreendimento, a contratação de projetos e de construtora, e pela posterior venda do imóvel, as quais serão remuneradas pelo lucro imobiliário, enquanto as empresas construtoras são remuneradas pelo lucro produtivo. (MONTEIRO FILHA; COSTA; ROCHA).

De acordo com o Hirschman (1961 apud TEIXEIRA; CARVALHO, 2005, p.2):

É da própria natureza do desenvolvimento que se estabeleçam prioridades e que certas atividades recebam temporariamente tratamento preferencial, para que criem oportunidades econômicas e favoreçam toda a sociedade.

Em 2009, as edificações receberam forte incentivo do Governo Federal, através do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, operando tanto sob regime de construção por contrato como por construção imobiliária, de acordo com Monteiro Filha; Costa; Rocha (2010), tem favorecido o mercado para empreendimentos residenciais econômicos de até (65 m.²), e supereconômicos (de até 55 m.²), com valor de venda entre R\$ 60 mil e R\$ 120 mil, em atendimento as classe C e D. E por sua vez, as edificações abre as portas para outro importante mercado, o do setor imobiliário.

O subsetor da infraestrutura divide-se em infraestrutura urbana, montagem industrial e infraestrutura de transporte.

O principal cliente das obras de construção pesada é o setor público, de tal maneira que o crescimento desse segmento está diretamente relacionado ao nível de investimento público em infraestrutura no período. (MONTEIRO FILHA; COSTA; ROCHA, 2010, p. 6).

A infraestrutura de transporte é de grande importância para a economia, pois as boas estradas reduzem o custo do frete, portanto, reduzindo o preço final do produto, tornando mais acessível ao consumidor, e mais competitivo com os concorrentes.

Conforme a Figura 1⁶, podemos observar que de acordo com investimentos que são feitos neste subsetor, diretamente vai impulsionar o crescimento também dos fornecedores de matérias de construção, sendo um importante indutor de crescimento para estas atividades.

Outro ponto relevante economicamente na construção civil, é o elevado impacto sobre a geração de tributos na economia, de acordo com Teixeira e Carvalho (2005, p.19):

Para cada R\$ 1,00 gasto na produção setorial, outros R\$ 0,08 centavos retornam aos cofres públicos na forma de impostos sobre o produto pagos na economia, considerando-se o conjunto dos efeitos diretos e indiretos e induzidos. Agregando-se aos impostos sobre produtos as contribuições sociais efetivas, outros impostos sobre a produção e impostos diretos, para cada R\$ 1,00 de produção a atividade de construção gera R\$ 0,23 centavos de tributos.

3.2 Principais Insumos da Construção Civil

Tabela 3- Produção, consumo aparente, consumo aparente per capita, exportação e importação de cimento

Ano	Cimento*					Laminados de Aço	Aço Bruto
	Produção ¹ (mil t)	Consumo aparente (mil t)	Consumo Per-Capita (Kg/hab)	Exportação (mil t)	Importação (mil t)		
1994	25.230	25.320	162	40	274	17.272	25.675
1995	28.256	28.514	179	59	451	16.025	25.044
1996	34.597	34.925	216	99	420	16.746	25.238
1997	38.096	38.438	235	152	517	17.440	26.151
1998	39.942	40.142	241	162	437	16.406	25.762
1999	40.234	40.200	238	122	155	16.790	24.995
2000	39.901	39.710	232	186	160	18.201	27.763
2001	39.453	38.912	224	127	134	18.064	26.716
2002	38.927	38.873	220	106	145	19.030	29.603
2003	35.122	34.884	195	431	223	21.071	31.154
2004	35.984	35.734	197	565	253	23.363	32.933
2005	38.705	37.666	205	933	223	22.604	31.611

⁶ Figura 1: p.40.

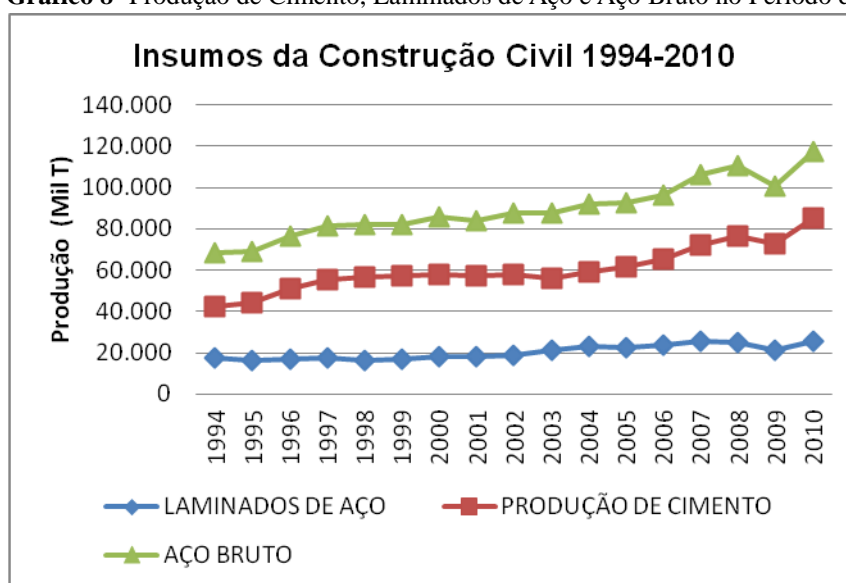
2006	41.895	41.027	221	1.046	202	23.475	30.901
2007	46.551	45.062	240	1.244	277	25.727	33.782
2008	51.970	51.571	272	515	278	24.694	33.711
2009	51.747	51.892	271	46	391	21.286	27.585
2010	59.117	60.892	311	36	853	25.821	32.788

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Cimento- SNIC e Revista Conjuntura Econômica

Elaboração: Banco de Dados-CBIC

(1) Incluídos os ajustes

Gráfico 8- Produção de Cimento, Laminados de Aço e Aço Bruto no Período de 1994 - 2010



Fonte: SNIC; Revista Conjuntura Econômica

Elaboração própria

O cimento é um importante indicador de desenvolvimento humano, pressupondo-se sua forte associação com obras residenciais e infraestrutura (saneamento básico e malha rodoviária).

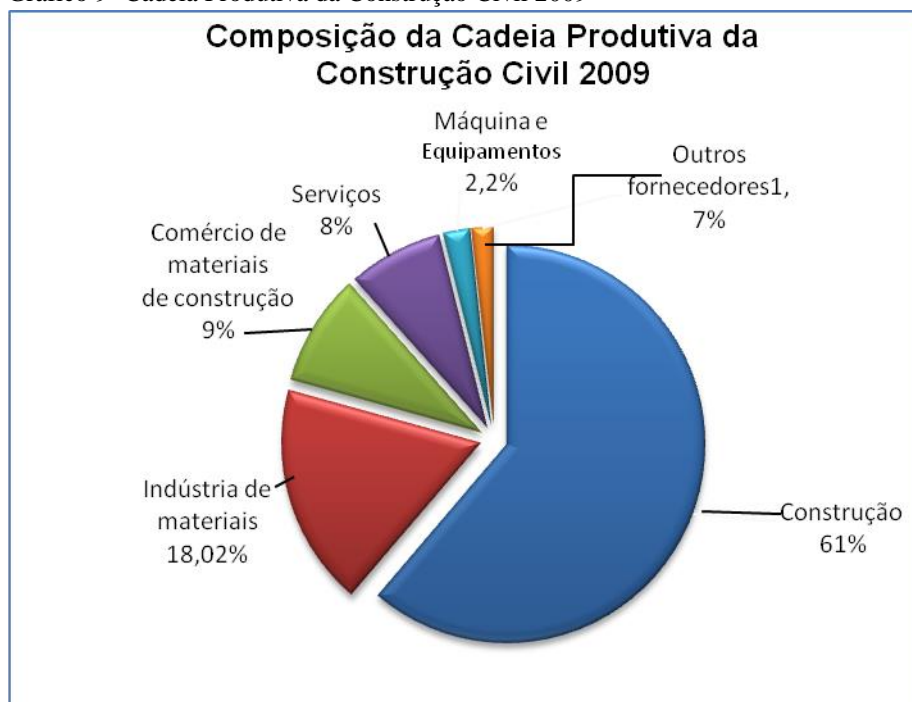
De 1994 a 1998, a produção de cimento atingiu o índice acumulado de crescimento de 58,3%, apesar do aumento das importações atraído pela sobrevalorização da taxa de câmbio.

Em 1998, apresentou o maior índice de consumo per capita da séria histórica, ou seja, cerca de 241 kg/hab/ano. De 1999 a 2002, cai o consumo de cimento em 3,3%, e de 2003 a 2009, ocorre o crescimento na produção, em 47,3%. O aquecimento do setor da construção civil a partir de 2004 fez repercutir diretamente no consumo de cimento. (SNIC, 2004).

No acumulado de 1994 a 2010, os laminados de aço houve um crescimento 49,49%, e o aço bruto cresceu apenas 27,70%. De acordo com Catia Mac Cord, gerente executiva do Centro Brasileiro em aço, o setor de construção civil representa a maior demanda de aço do país, com um participação de 32. É um percentual muito baixo, comparado com países como a China.

Na cadeia produtiva da construção civil, elaborada pela CBIC (2009) e também denominado construbusiness, pode-se observar através do Gráfico 9⁷. O setor da construção civil responde por 61% de participação, correspondendo 5,3% do PIB. Em segundo lugar, fica a indústria de matérias de construção, que participa com 18% da cadeia. A indústria da construção civil favorece outros setores da cadeia produtiva.

Gráfico 9- Cadeia Produtiva da Construção Civil 2009



Fonte: CBIC

3.3 Importância Social da Construção Civil

A construção Civil ocupa lugar em destaque entre os setores da economia, pois tem relevante papel social, em função da geração de emprego e renda. Conforme pesquisa realizada, (TEIXEIRA E CARVALHO, 2005, p.11), “A cada R\$ 1.000 empregos diretos geradas nas atividades de construção, outros 537,43 postos de trabalho são criados por meio dos efeitos indiretos.”

A maioria dos trabalhadores são formados dentro do canteiro de obra, facilitando a absorção de mão de obra não qualificada.

⁷ Gráfico 9: p.44.

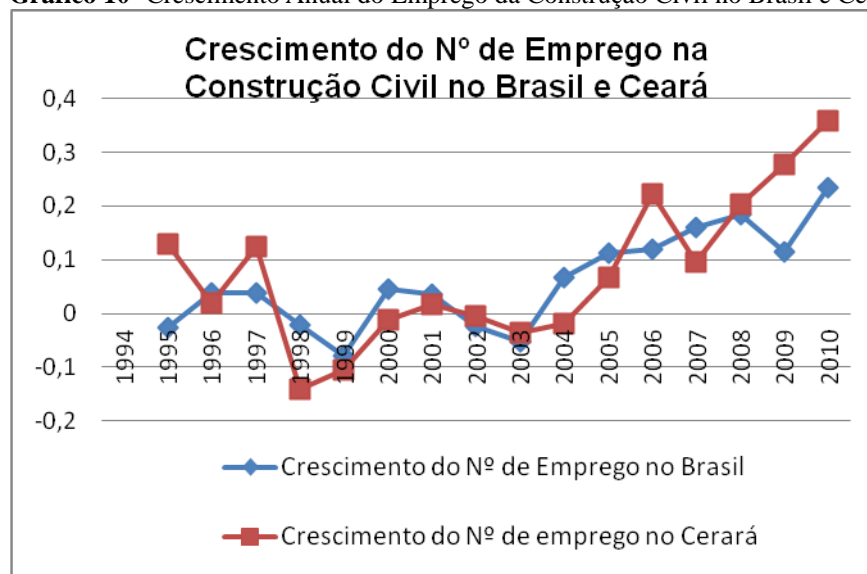
Tabela 4 - Número de Estabelecimento e Empregos na Construção civil: Brasil e Ceará no Período: 1994-2010

	Nº. de Estabelecimentos				Nº. de Empregos			
	Brasil	%	Ceará	%	Brasil	%	Ceará	%
1994	69.299		1.199		1.105.432		28.211	
1995	81.626	17,8%	1.488	24,1%	1.077.735	-2,5%	31.832	12,8%
1996	80.836	-1,0%	1.533	3,0%	1.119.229	3,9%	32.466	2,0%
1997	80.876	0,0%	1.512	-1,4%	1.162.045	3,8%	36.496	12,4%
1998	87.861	8,6%	1.631	7,9%	1.136.900	-2,2%	31.372	-14,0%
1999	95.778	9,0%	2.402	47,3%	1.047.891	-7,8%	28.053	-10,6%
2000	96.867	1,1%	2.662	10,8%	1.094.528	4,5%	27.746	-1,1%
2001	97.738	0,9%	2.764	3,8%	1.132.955	3,5%	28.246	1,8%
2002	102.039	4,4%	2.993	8,3%	1.106.350	-2,3%	28.082	-0,6%
2003	97.190	-4,8%	2.742	-8,4%	1.048.251	-5,3%	27.091	-3,5%
2004	96.604	-0,6%	2.597	-5,3%	1.118.570	6,7%	26.604	-1,8%
2005	96.662	0,1%	2.521	-2,9%	1.245.395	11,3%	28.372	6,6%
2006	102.987	6,5%	2.885	14,4%	1.393.446	11,9%	34.666	22,2%
2007	110.643	7,4%	2.881	-0,1%	1.617.989	16,1%	38.020	9,7%
2008	127.370	15,1%	3.424	18,8%	1.914.596	18,3%	45.715	20,2%
2009	138.206	8,5%	3.809	11,2%	2.132.288	11,4%	58.435	27,8%
2010	172.703	25,0%	4.830	26,8%	2.633.674	23,5%	79.319	35,7%

Fonte: RAIS – MTE_

Elaboração própria

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, conforme demonstrado no Gráfico 10, o estoque de emprego formal da construção civil do Brasil e do Estado do Ceará, de 1994 a 2003, apresentou baixo desempenho. A retomada do emprego com carteira assinada, sobretudo veio acontecer partir de 2004.

Gráfico 10- Crescimento Anual do Emprego da Construção Civil no Brasil e Ceará 1994 - 2010

Fonte: Dados originários da Tabela 4

Elaboração Própria

Conforme Giambiagi (1999, p.192), as políticas econômicas voltadas a geração de emprego no primeiro e segundo mandato do Governo Fernando Henrique, não atendeu a demanda:

A política econômica tinha deixado a desejar em termos dos seus efeitos sobre a renda e emprego. [...] No caso do' emprego, a rigor, os problemas principais localizaram-se no período de governo 1995-1998, uma vez que a geração de emprego foi de 2,0%, em média.

Situação que se inverteu a partir de 2004 a 2010, onde número de trabalhadores formais, aumentou de um ano para o outro, ou seja, o setor passou por crescimentos contínuos e crescente do emprego na construção civil no Brasil.

Em dezembro de 2004, a construção civil tinha 1.118,570 trabalhadores formais, e em dezembro de 2010, 2.633.674 de empregados, apresentando crescimento de 135,45%. Apesar do crescimento do número de empregos formais em 2009, a construção civil sofreu desaquecimento, em consequência da crise financeira mundial.

Os investimentos públicos e privados são uns dos responsáveis pelo desempenho desta atividade. Previsto para os anos de 2007-2010, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), os incentivos gerados pelo programa habitacional do governo federal "Minha Casa, Minha Vida". Estes incentivos levaram a ampliação e a consolidação da importância como grande empregador de mão de obra e setor chave da economia brasileira.

Para o Ceará, de acordo com a Tabela 04⁸, os números revelam que esta atividade teve fase bastante favorável. De 2004 a 2009, houve crescimento de 119,64%, o incremento do número de trabalhadores foi maior que no Brasil.

3.4 Número de Estabelecimentos na Construção Civil

De acordo com a Tabela 4, dados oriundos da RAIS (2009), a construção civil tinha 138.206 estabelecimentos em todo o Brasil. Isso representa um incremento de 18,89% com relação ao ano anterior. Deste total, 3.809 se localizam no Ceará, que contou com o crescimento de 18,8%, um pouco menor que o total do Brasil.

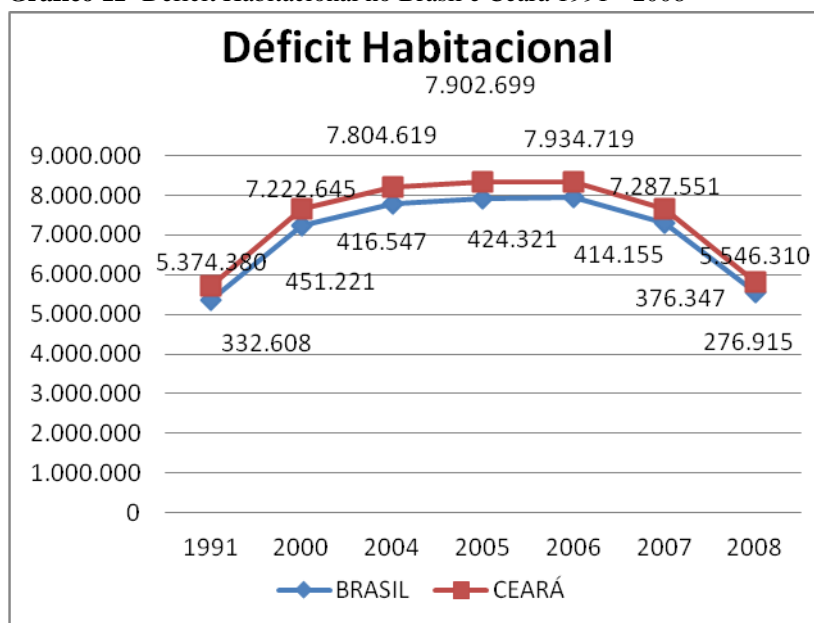
No acumulado de 1994 a 2009, o número de estabelecimento na construção civil no Brasil cresceu 92,89%, e no Ceará, o crescimento alcançou 217,68%.

⁸ Tabela 04: p.45.

3.5 Déficit Habitacional

Outro destaque social da construção civil, pode ser observado pelo déficit habitacional, conforme indicado no gráfico abaixo.

Gráfico 11- Déficit Habitacional no Brasil e Ceará 1991 - 2008



Fonte: Fundação João Pinheiro e IBGE/Censo Demográfico e PNAD
Elaboração própria

Utilizando o conceito da Fundação João Pinheiro, déficit habitacional refere-se ao conceito amplo de necessidades, que engloba o déficit habitacional.

A necessidade de construção de novas unidades, advém de uma série de fatores:

- habitações precárias (aquelas sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções ou do desgastes da estrutura física);
- coabitação familiar (cômodos alugados, cedidos e próprios, famílias conviventes, secundárias com intenção de constituir domicílio exclusivo);
- ônus excessivo com aluguel (famílias urbanas com renda familiar de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento que dependem 30% ou mais de sua renda com aluguel);
- adensamento excessivo de moradores em domicílios alugados.

A construção de moradias é de fundamental importância do ponto de vista social. Em 2000, segundo os dados da Fundação João Pinheiro, tendo por base a PNAD, o déficit

habitacional registrava 7.222.645 milhões de domicílios no Brasil, em comparação com 2008, 5.546.310 milhões. Houve uma queda de 1.676.335 milhões. Na capital cearense, o déficit habitacional em 2000, 451.221 milhões, que chega em 2008, a 276.915 milhões. Entre 1991 e 2006, há crescimento do déficit habitacional, seguido por uma queda entre 2007 e 2008, tanto a nível nacional quanto no estado do Ceará.

3.6 Financiamento do Setor Imobiliário

O mercado de crédito imobiliário brasileiro é marcado pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), criado em 1964, e o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), de 1997. As operações do SFH é o principal tipo de empréstimo para aquisição da casa própria no Brasil, dispõe de recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), e dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). (LUNDBERG, 2009).

De acordo com Lundberg (2009), todas as instituições participantes do Sistema Financeiro de Habitação, são obrigadas a destinar 65% dos recursos da poupança para o financiamento imobiliário, e tem acesso aos recursos do FGTS também para este fim.

De acordo com Biancareli, Lodi (2009, p.3).

As instituições financeiras que integram, o SBPE captam depósito de poupança, os quais são remunerados a 6% ao ano acima da TR. Estas instituições são obrigadas a destinar 65% dos depósitos em caderneta de poupança ao financiamento imobiliário.[...] A Caixa Econômica Federal (CEF) é a instituição mais importante do SFH, pois este banco federal é o operador dos recursos provenientes do FGTS.

Tabela 5- financiamentos imobiliários concedidos com recursos SBPE (valores nominais e nº. de unidades)

ANO	CONSTRUÇÃO*		AQUISIÇÃO (**)		TOTAL GERAL			
	VALOR	UNID.	VALOR	UNID.	VALOR		UNID.	
1994	1.123.664.153	39.767	611.431.475	21.617	1.735.095.628		61.384	
1995	825.710.383	22.128	1.050.673.234	24.466	1.876.383.617	8,1%	46.594	-24,1%
1996	698.696.098	21.439	763.980.180	16.847	1.462.676.278	-22,0%	38.286	-17,8%
1997	856.501.397	19.556	868.104.951	15.931	1.724.606.348	17,9%	35.487	-7,3%
1998	1.161.499.530	22.234	984.109.638	18.081	2.145.609.168	24,4%	40.315	13,6%
1999	757.675.347	17.110	915.651.660	18.390	1.673.327.007	-22,0%	35.500	-11,9%
2000	1.047.597.302	19.899	887.901.293	17.853	1.935.498.595	15,7%	37.752	6,3%
2001	665.818.386	15.498	1.216.170.368	20.636	1.881.988.754	-2,8%	36.134	-4,3%
2002	594.682.885	10.317	1.174.703.842	18.615	1.769.386.727	-6,0%	28.932	-19,9%
2003	965.283.031	16.797	1.252.388.376	19.683	2.217.671.407	25,3%	36.480	26,1%
2004	1.394.392.606	24.861	1.607.863.590	28.866	3.002.256.196	35,4%	53.727	47,3%
2005	2.855.228.721	34.762	1.996.854.935	26.461	4.852.083.656	61,6%	61.223	14,0%
2006	4.483.511.118	45.433	4.856.775.892	68.440	9.340.287.010	92,5%	113.873	86,0%

2007	9.400.686.375	89.011	9.008.997.801	107.122	18.409.684.176	97,1%	196.133	72,2%
2008	16.220.846.923	162.299	13.811.491.211	137.386	30.032.338.134	63,1%	299.685	52,8%
2009	13.853.857.571	138.721	20.163.406.837	163.970	34.017.264.408	13,3%	302.691	1,0%
2010	24.412.172.265	201.758	31.785.406.148	219.627	56.197.578.413	65,2%	421.385	39,2%
TOTAL	81.317.824.091	901.590	92.955.911.431	943.991	174.273.735.522		1.845.581	

Fonte: CBIC, BACEN

Elaboração própria.

(*) A partir de Jan/98, incluir Materiais de Construção, Reforma e Ampliação.

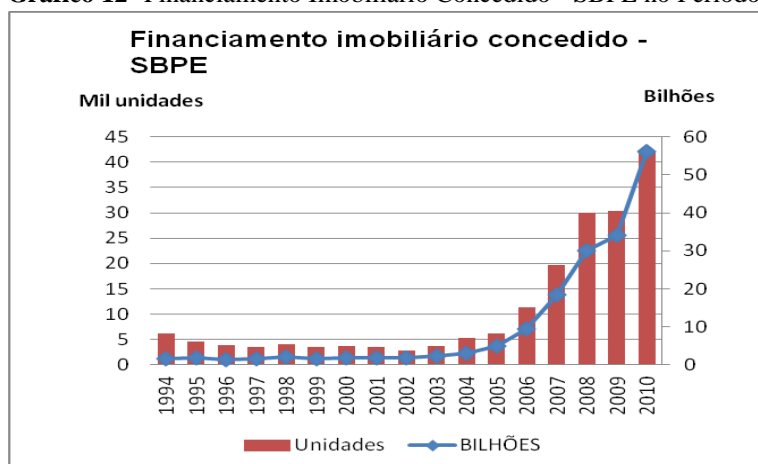
(**) Imóveis residenciais e comerciais.

Conforme Biancareli, Lodi (2009), o financiamento do setor imobiliário, os bancos públicos são dominantes, em especial a CEF, que concentra a grande maioria dos financiamentos imobiliário no Brasil, e é responsável por cerca de 70% em termo de estoque, mas além da CEF, concedem crédito, o Banco do Brasil, a Nossa Caixa e o BNDES.

O crédito imobiliário serviu de base para o atual ciclo de crescimento da construção civil conforme registrado no Gráfico 12. O maior incremento em recursos destinados ao financiamento para aquisição e construção de imóveis, ocorreu em 2007, chegando a quase 100% com relação a 2006, conforme o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), mas o maior número de imóveis adquiridos e construídos, ocorreu em 2006.

A expansão do crédito imobiliário vem sendo um dos principais responsáveis pelo bom do momento das construções no país. Dentre as modalidades, destaca-se o crédito habitacional que vem experimentado grande crescimento nos últimos anos. (SNIC. 2010, p.27).

Gráfico 12- Financiamento Imobiliário Concedido - SBPE no Período de 1994 - 2010



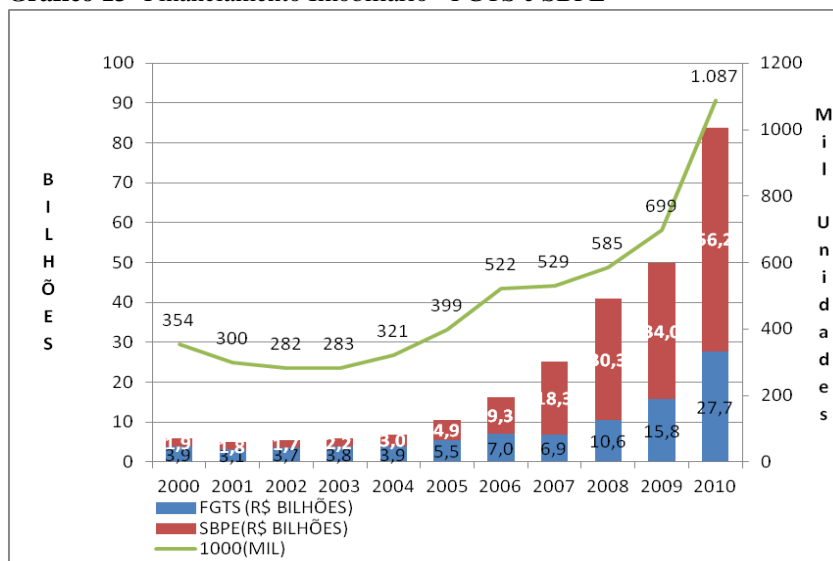
Fonte: Dados originários da Tabela 4

Elaboração própria

O fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) é uma poupança compulsória, com distribuição de seus recursos predeterminados: 60% para habitação popular, 30% para

infraestrutura urbana , 5% para saneamento básico, e 5% operações especiais. Apesar de seus recursos serem determinados, estes recursos são utilizados com parte de políticas anticíclicas, de fomento ao investimento, em fase de menor aquecimento econômico, como foi o caso em 2009, com o lançamento do pacote habitacional “Minha Casa, Minha Vida”. (BIANCARELI; LODI, 2009).

Gráfico 13- Financiamento Imobiliário - FGTS e SBPE



Fonte: CBIC

Adaptado pelo autor

Segundo Biancareli; Lodi (2009), a captação de recursos para o FGTS é afetada pela renda agregada e pelo emprego, pois o depósito é feito pelo empregador, em favor dos empregados. Portanto, no momento que apresenta aquecimento econômico, a captação tende a ser maior. Os recursos do FGTS em 2002 eram de R\$ 1,9 bilhões, e em 2010 totalizaram R\$ 56,6 bilhões, o equivalente para concessão de financiamento imobiliário, apresentando um crescimento bastante expressivo.

De acordo com Biancareli, Lodi (2009), os maiores bancos privados nacionais que concedem financiamento para construção civil estão: o Bradesco, o Itau, Unibanco.

Os dados registrado na Tabela 6, mostram as taxas de crescimento nominal e real do crédito da construção civil dos três bancos selecionados: O Itaú e o Unibanco, apresentam taxas de crescimento positivas em todos os anos. As variações de 2007 em relação a 2006, ficaram em torno de 130% no caso do Itaú, porém em 2008, os dados do Unibanco já haviam sido incorporados ao Itaú. O Bradesco não apresentou crescimento positivo em todos os anos, de 2003 para 2004, o crédito da construção civil sofreu redução.

Tabela 6- Taxas de crescimento nominal e real¹ do crédito dos bancos privados nacionais ao setor de construção civil

		2004	2005	2006	2007	2008	2009 (jun)
UNIBANCO	NOMINAL	49,0%	7,1%	1,9%	40,7%		
	REAL	45,5%	6,7%	1,8%	39,0%		
ITAU ²	NOMINAL	34,8%	67,2%	42,9%	135,3%	117,7%	8,3%
	REAL	32,3%	63,5%	41,6%	129,5%	111,2%	7,8%
BRADESCO	NOMINAL	-6,3%	26,9%	42,7%	57,8%	86,4%	
	REAL	-5,8%	25,5%	41,4%	55,3%	81,6%	

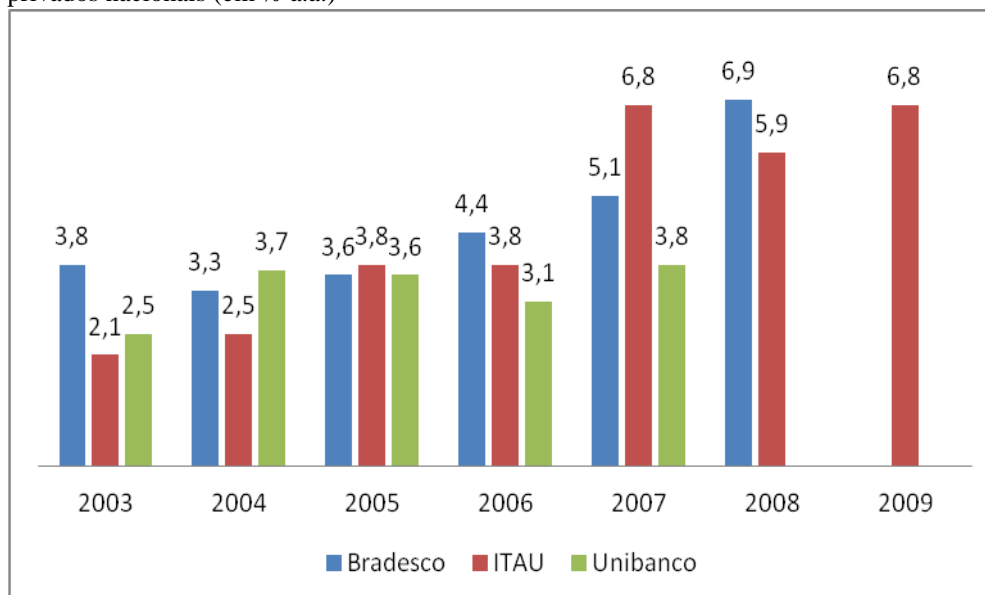
Fonte: Notas Explicativas das demonstrações de resultado das instituições

Elaboração: Biancareli e Lodi, 2009

2. Em novembro de 2008, ocorreu a fusão do Itaú e do Unibanco. Para os anos de 2008 e 2009, os dados do Unibanco foram consolidados com os do Itaú no balanço da nova instituição, denominada Itaú Unibanco.

O Gráfico 14, considerando somente a carteira de crédito corporativo dos bancos nacionais privados, nota-se que a construção civil perdeu participação na carteira do Bradesco, de 2003 para 2004, mas nos demais anos, a participação no crédito corporativo do banco cresceu, atingindo 6,9% em dezembro de 2008. No Itaú, a participação da construção civil na carteira de crédito corporativo do Banco teve crescimento até 2007, em 2008 houve uma pequena queda dessa participação.

Gráfico 14 - Participação da construção civil na carteira de crédito corporativo dos grandes bancos privados nacionais (em % a.a.)



Fonte: Biancareli e Lodi, 2009 conforme Notas explicativas das demonstrações de resultado das instituições.

1. Para o Bradesco, Itaú e Unibanco, o total do crédito corporativo exclui intermediários financeiro e inclui as empresas públicas dos setores de petroquímica e de geração de energia.

2. Em novembro de 2008, ocorreu a fusão do Itaú e do Unibanco. Para os anos de 2008 e 2009, os dados do Unibanco foram consolidados com os do Itaú no balanço da nova instituição, denominada Itaú Unibanco.

Nos mostra também que os bancos privados no período de 2003 a 2009, tem aumentado sua participação no financiamento imobiliário, mas não na mesma performance que os bancos públicos, os números ainda apresentam bastante tímido. De acordo com Biancareli e Lodi (2009), esta explicação deve-se ao Programa de Aceleração do Crescimento, e no papel que foi depositado aos bancos públicos.

4 A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA E DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL E CEARÁ NO PERÍODO 1994 A 2010

No Governo Fernando Henrique Cardoso, A taxa real de crescimento do PIB no Brasil foi bastante tímida, exceto o ano de 1997. O país no período, sofreu fortes recessões que influenciaram as políticas de determinação da taxa de juros, a crise do México em 1994, a crise Asiática em 1998, a crise Russa em 1999, e a crise Argentina em 2001. Por sua vez, com a manutenção da taxa de juros (SELIC) elevada, a autoridade monetária inibe o consumo e os investimentos. As taxa de juros elevadas aumenta a atratividade das aplicações em títulos da dívida pública, portanto, reduz o dinheiro no mercado financeiro, inviabilizando os investimentos.

Os dados da Tabela 1⁹, mostram que a economia brasileira, em 1998 e 1999 e entre 2000 a 2003, apresentou baixo crescimento do PIB, dada a política monetária e fiscal restritivas, adotadas, pelo governo central, contribuíram para esse resultado. A política de juros altos e aperto creditício, frente a um quadro de estagnação econômica e expectativa desfavoráveis, devido `a instabilidade da economia mundial, contribuíram para uma redução dos investimentos privados.

De acordo com Nascimento (2012), o Governo Fernando Henrique Cardoso procurou solução para resolver os problemas habitacionais. Em 1995, inicia a retomada dos financiamentos, com base nos recursos do FGTS, na tentativa de estruturar programas voltados para enfrentamento de problemas urbanos. Em 1996, foi criada a Secretaria de Política Urbana ,para gerir o setor habitacional, ainda sendo desenvolvidos vários programas:

- a) Cartas de Crédito Individual e Associativa, as quais passaram a absorver maior parte dos recursos do FGTS, para aquisição de habitação nova ou usado, ampliação e melhoria de habitação, construção de moradia ou aquisição de lote urbanizado, para construção ou compra de material de construção.
- b) Programa de Arrendamento Residencial (PAR), voltado à produção de unidades novas para arrendamento, utilizando recursos do FGTS e do fundo FAR (programa do Governo Federal em conjunto com estados e municípios na construção de unidades habitacionais).

Analisando o Gráfico 11¹⁰, de 1994 a 2005, pode-se constatar que os programas de Governo aplicados neste período, em combate ao déficit habitacional, não interferiram

⁹ Tabela 1: p.22.

¹⁰ Gráfico 11: p.47.

positivamente na queda. Com relação a construção civil, esta só veio apresentar crescimento consistente, a partir de 2004, tanto em relação ao Brasil quanto em relação o Estado do Ceará ,exceto o ano de 1997.

De acordo com Nascimento (2012, p.22), os programas de Governo no mandato de Fernando Henrique Cardoso, para enfrentamento ao déficit habitacional, não decolaram:

Isso porque o acesso ao crédito estava vinculado à análise de risco realizada pela Caixa Econômica Federal, instituição de primeira linha que absorveu as funções do BNH, que priorizou a concessão de créditos em condições de maior garantia e de mais fácil acompanhamento, fato que excluiu quase a totalidade da habitação de interesse social. Outro fator foi que boa parte dos financiamentos foram destinados a imóveis usados, o que tem pouco impacto social.

Tabela 7 - Comparação das principais variáveis econômicas no Brasil e Ceará de 1994 a 2010

Ano	Taxa de Juros (em % ao ano) Overnigt-Selic.	Inflação (IPCA) (% a.a.)	Taxa real do crescimento do PIB (%)			Participação do VABpb construção civil no PIB	Participação da construção civil a preços correntes e constantes		
			Brasil - PIBpm	Construção civil - VABpb Brasil	Construção civil - VABpb Ceará	VABpb total Brasil (%)	FBCB/ PIB (%)	FBCFcc PIB (%)	FBCFcc/ FBCF (%)
1994		916,41	5,3		...				
1995		22,41	4,4		...	5,5	18,3	8,0	43,8
1996		9,56	2,2	3,2	...	5,7	16,9	8,2	48,6
1997		5,22	3,4	8,5	...	6,0	17,4	8,6	49,7
1998	31,24	1,65	0,0	1,1	...	6,2	17,0	8,8	52,1
1999	18,99	8,94	0,3	2,9	...	5,6	15,7	8,3	52,9
2000	16,19	5,97	4,3	2,0	...	5,5	16,8	8,3	49,6
2001	19,05	7,67	1,3	2,1	...	5,3	17,0	7,9	46,5
2002	23,03	12,53	2,7	2,2	...	5,3	16,4	7,7	47,3
2003	16,91	9,30	1,1	3,3	-4,6	4,7	15,3	6,8	44,2
2004	17,50	7,60	5,7	6,6	4,9	5,1	16,1	7,0	43,7
2005	18,24	5,69	3,2	1,8	2,2	4,9	15,9	6,7	42,3
2006	13,19	3,14	4,0	4,7	12,4	4,7	16,4	6,6	40,4
2007	11,18	4,46	6,1	4,9	5,1	4,9	17,4	6,7	38,3
2008	13,64	5,90	5,2	7,9	8,8	4,9	19,1	6,9	36,3
2009	13,65	4,31	0,6	0,7	2,3	5,3	18,1	7,6	42,3
2010	10,66	5,9	7,5	11,6	15,6	5,7	19,5	7,9	40,6

Fonte: IBGE- Sistema de Contas Nacionais Brasil, Banco de Dados; CBIC; IPECE

Contas Nacionais Trimestrais: Nova Série 2006.

Elaboração Própria

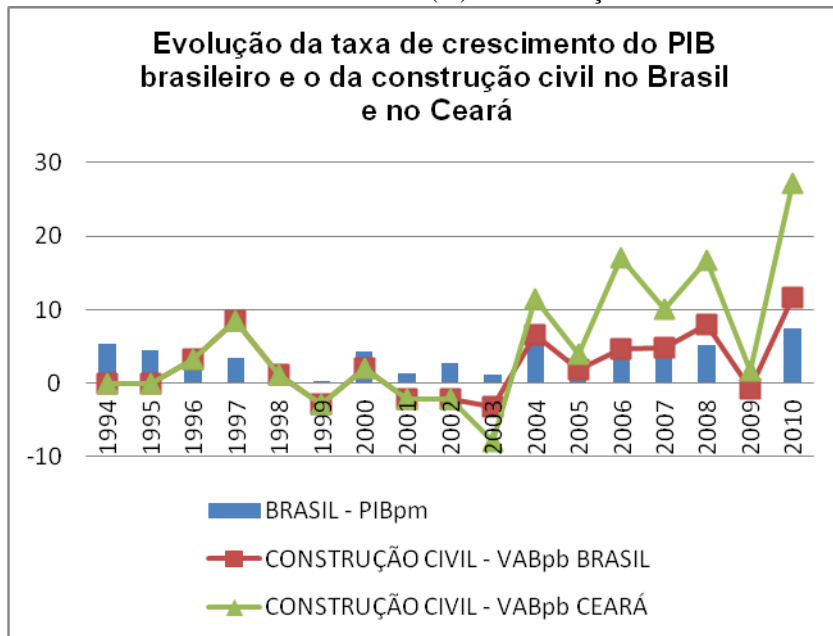
(1) Taxa de Investimento = FBCF/PIB

(...) Dado não disponível

Podemos observar no Gráfico 15, uma das principais características da construção civil é a interdependência ao desempenho da economia nacional, nos anos que a taxa de

crescimento do PIB brasileiro esteve acima de 5%. Este número favoreceu positivamente esta atividade, principalmente nos anos de 2004, 2006 e 2008.

Gráfico 15- Taxa Real de Crescimento (%) da Construção Civil entre Brasil e Ceará 1994 - 2010



Fonte: Dados originários da Tabela 6

Elaboração própria

O declínio da construção civil no Brasil e Ceará, ocorreu entre 2000 e 2003 e principalmente no Ceará, em 2003, quando a taxa real de crescimento do PIB caiu em 4,6%. Os indicadores de atividades da construção civil, mostram que uma melhora relativa no desempenho setorial ocorreu a partir de 2004, que pode ser associado a alguns fatores: crescimento mais estável do PIB; juros mais baixos e maior disponibilidade do crédito para o segmento imobiliário, via recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Em 2010, foram financiadas com recursos da SBPE E FGTS, mais de um milhão de unidades habitacionais, o maior número de toda a série. Em comparação ao ano anterior, houve incremento de 56% de unidades financiadas.

A construção civil no Ceará, a partir de 2004, apresentou trajetória crescente superior ao desempenho da construção civil no Brasil. Em 2006, enquanto a taxa de crescimento da construção civil no Brasil era de 4%, o Ceará atingia 12,4%.

Em 2007, os números foram desfavoráveis, o PIB da construção civil no Brasil caiu para 6,1%, e do Ceará 5,1%. Mas em 2008, a construção civil no Brasil cresce para 5,2%, enquanto no Ceará, 8,8%. Em 2009, como desempenho da crise econômica mundial, o desempenho da construção civil no Brasil e Ceará sofreram retrações.

Em 2010, o Ceará apresentou o melhor desempenho de todos os tempos, com um cenário bastante favorável. O Estado vai ser a sede da copa de 2014, tem atraído diversos empreendimentos, segundo a empresa de informações técnicas, sobre empreendimentos nos segmentos residencial, comercial e industrial (ITC). Diário do Nordeste (2011). O Ceará apresentou 120 obras no segmento residencial, com destaque para condomínios fechados de casas e prédios. No setor comercial, foram registradas 85 obras, entre shopping centers, supermercados; edifícios corporativos, empreendimentos voltados para o turismo, como hotéis, aeroportos e resorts; investimentos na cultura, saúde e educação, ou seja, equipamento de lazer, laboratórios, hospitais, escolas e universidades; e intervenções em portos, rodovias e ferrovias. O estudo apontou que, no Estado, 251 obras estavam em andamento em 2010. Na área industrial registrou 46 empreendimentos, o maior destaque é no setor de energia eólica, com a construção dos parques.

Além do campeonato mundial, outras intervenções movimentaram a construção civil e a economia como o todo. O Porto do Pecém e a refinaria, são investimentos em infraestrutura.

De acordo com Bezerra e Barbosa (2010, p.8), o crescimento da construção civil no Ceará deve-se:

O resultado é explicado, em parte, pelo aumento de obras privadas, associado à redução continuada da taxa de juros Selic, proporcionando melhores condições de recursos para financiar a aquisição de imóveis à população, além da recuperação, na renda pessoal que influencia positivamente as pequenas construções e reformas em residências, que têm peso na Construção como um todo. O mesmo comportamento é verificado para o Brasil. Esse segmento é gerador de renda e emprego. Assim, nos sete anos, o Ceará acumulou um saldo positivo de 290,75 mil postos de trabalho formal, com a Construção Civil representado 7,2% (20,98 mil postos de trabalho criados) no total dos empregos gerados.

Conforme o Anuário da Construção e Infraestrutura Sustentável (2010, p.37), o desempenho do Ceará não foi tão diferente em comparação ao Brasil.

A construção civil segue a tendência econômica de crescimento do País, característica intrínseca do setor. E ratifica a associação do seu desempenho ao poder de compra da população. O ritmo de crescimento econômico nacional aumenta desde 2004, quando o Brasil e também o Ceará, apresentou crescimento mais significativo do Produto Interno Bruto (PIB). Um maior acesso ao crédito, aumento da empregabilidade formal e ambiente financeiro internacional favorável.

O Governo Federal, em 2006, anunciou o pacote de medidas em prol da redução do custo da casa própria, fomentando positivamente no crescimento da construção civil no Brasil, e demais unidades federativas, e na redução do déficit habitacional. O conjunto de medidas de acordo com o (DIEESE, 2006):

- 1) Crédito habitacional consignado, o mutuário poderá ter desconto em folha de pagamento até 30% de sua renda mensal;
- 2) TR tem uso opcional, os bancos podem eliminar o uso da TR no financiamento habitacional, ou seja, os bancos poderão fixar uma taxa de juro anual, sem a necessidade de acréscimo da TR;
- 3) Financiamento direto ao construtor pela Caixa Econômica Federal, a linha de crédito de R\$ 1 bilhão, em 2006 e R\$ 3,5 bilhões em 2007, o limite de financiamento sobe de 50% para 85% do custo da obra;
- 4) O BNDES passa a ter uma nova modalidade de financiamento, liberando 100 milhões para construção civil destinado a ideias apoiem a inovação e barateiem o custo da construção civil;
- 5) As empresas de construção civil serão incluídas na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, para diminuir os impostos e reduzir os custos de construção que provável reduzirá o valor para o consumidor final;
- 6) Redução do IPI, para alguns insumos da construção civil;
- 7) Criação do Portal imobiliário com informação de interesse do mutuário e dos agentes financeiros.

Conforme com (DIEESE, 2006, p.12). “A expansão de mercado interno de construção civil é fortemente ligada ao crescimento geral da economia, devido especialmente à necessidade de investimento em infraestrutura econômica e urbana (energia, estrada, unidades, fabris, habitação, etc.)”.

Conforme Liliana Lavoratti (2010, p.40):

Os programas governamentais são tidos como molas para esse avanço, pois criam incentivos ao atendimento da demanda por imóveis para as classes sociais de menor renda. Antes das iniciativas do governo federal, não havia oferta privada de imóveis às classe C e D em função da baixa rentabilidade, inadimplência e falta de financiamento bancário. “Os financiamentos a taxas de juros acessíveis a esse público, somados aos incentivos tributários dados ao setor, permitiram viabilizar a oferta de imóveis de baixo custo”.

De acordo com o Gráfico 15¹¹ nota-se que as trajetórias de crescimento do VABpb do setor de construção civil, no período 1994 a 2010, apresentaram-se bastante idênticas entre Brasil e Ceará, porém, o Ceará com taxas de crescimento superior a taxa de crescimento do Brasil.

¹¹ Gráfico 15: p.55.

Em 2007, apesar da instabilidade dos mercados mundiais, decorrente da crise o mercado imobiliário americano, o Brasil manteve a estabilidade econômica, manteve a expansão do mercado interno, e a queda da taxa de juros..

A construção civil no Brasil e no Estado do Ceará interrompeu sua trajetória de crescimento, após a crise financeira internacional, em 2008, e em 2009, também houve queda na produção de insumos. Com relação ao emprego, só caiu em nível nacional. Com relação ao Estado do Ceará, a trajetória continuou crescendo.

Analisando a evolução da participação da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no produto Interno Bruto Nacional, a partir de dados disponibilizados pelo IBGE, apresenta uma tendência de alta, em 2010 a participação em preços correntes, alcançou 19,5%, a maior desde 1995, na Tabela 7¹².

Com base nos dados da Tabela 8, nota-se que houve uma pequena oscilação no crescimento da formação bruta de capital fixo do setor da construção civil, setor cuja trajetória manteve-se estável, comparativamente ao setor de máquinas e equipamentos. A evolução da participação da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, a preços correntes, em 2010, pode-se perceber-se que foi a maior participação alcançada desde de 1995. No entanto, a participação da Formação Bruta de Capital Fixo do setor da Construção Civil (FBCFcc), no montante da FBCF, de toda economia brasileira, recuou em 2008 33,6%, seguido de um grande crescimento em 2009, 40,5%.

Tabela 8 - Investimento líquido na construção civil de 1994 a 2009

Ano	Formação Bruta de Capital			A preços correntes
	Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)			FBCF/PI
	Construção Civil	Máquinas e equipamentos	Outros	B
1994
1995	44,5	48,9	8,3	18,3
1996	48,2	43,5	7,3	16,9
1997	49,5	43,1	7,0	17,4
1998	51,9	40,8	6,9	17,0
1999	50,6	37,2	7,8	15,7
2000	45,7	39,3	7,1	16,8
2001	43,9	43,3	7,3	17,0
2002	47,8	44,8	8,5	16,4
2003	42,8	45,3	8,7	15,3
2004	41,1	45,0	7,9	16,1
2005	41,6	49,0	7,7	15,9
2006	39,6	50,6	7,8	16,4

¹² Tabela 7: p.54.

2007	36,5	51,5	7,2	17,4
2008	33,6	52,4	6,5	19,1
2009	40,5	54,3	7,9	16,9

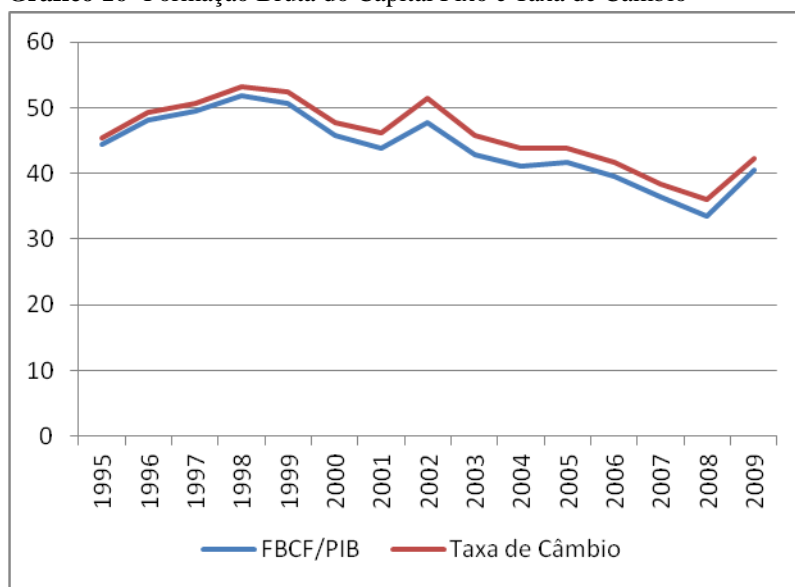
Fonte: IBGE – Sistema de Contas Nacional Brasil

Contas Nacionais Trimestrais: Nova Série 2006

Elaboração: Banco de Dados CBIC

(...) Dado não disponível

Gráfico 16- Formação Bruta do Capital Fixo e Taxa de Câmbio



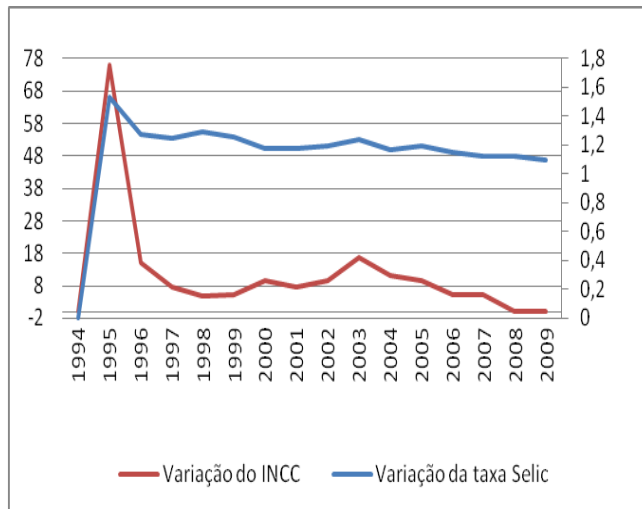
Elaboração própria

Fonte: Tabela 7

Com o plano Real, a nova moeda ficou valorizada com relação ao dólar. Em consequência, as importações de máquinas ficaram mais fáceis, pois tinham seus custos reduzidos e os produtos importados chegavam ao Brasil com os preços menores, como pode ser observado no Gráfico 16, onde a partir de 1995, o consumo aumentou, e passou a cair em 2001.

Analisando-se o Gráfico 17, pode-se perceber que o índice Nacional da Construção Civil (INCC) e a taxa de juros básica (SELIC), apresentam trajetórias bem parecidas (mesmo sentido), porém, a partir de 1995, a taxa Selic atinge patamares mais elevados que o valor do INCC, isso numa conjuntura de auge de implementação e consolidação do plano real.

Gráfico 17- INCC X Taxa SELIC (Variação Efetiva no Ano - %)

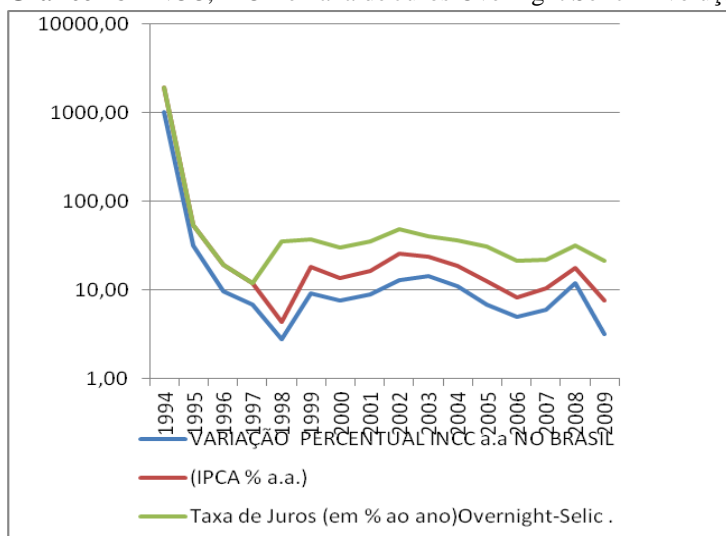


Fonte: Tabela 9
Elaboração própria

A queda na taxa de juros afeta a demanda por matérias, à medida que o crédito se torna mais barato, aumentando o consumo das famílias que querem realizar obras, reformas e manutenção, impactando positivamente o mercado. O setor da construção civil tende a crescer, já que empresas sentiram estimuladas em expandir para atender a demanda.

A variação do INCC e do IPCA, conforme Gráfico 18, a trajetória mostra-se bastante parecido no período analisado, porém o INCC varia em patamares bem menores que o IPCA e a taxa de juros over-selic. A queda brusca nos valores do INCC e o IPCA, deveu-se ao sucesso das políticas de estabilização econômica, via plano real, e também de políticas mais efetivas de manutenção da taxa de juros. A variação do INCC estar abaixo da variação de preços calculados pelo IPCA. Um dos motivos que levou a o INCC estar abaixo do IPCA, foram as desonerações tributárias que sofreram os materiais de construção civil.

Gráfico 18- INCC, IPCA e Taxa de Juros Overnight Selic - Evolução Anual de 1994-2009



Fonte: Tabela 9
Elaboração própria

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor da construção civil no Brasil apresentou fraco desempenho entre 1994 a 2003, dado a instabilidade internacional que influenciou nas políticas monetária e fiscal, além de medidas de contenção ao crédito, mantendo taxa de juros elevada. No período de 2004 a 2010, pode-se dizer inclusive que este foi um dos setores que mais contribuíram para a economia brasileira, mesmo no período pós crise financeira mundial 2007-2008, o mercado internacional apresentou-se mais estável, adotou política anticíclica que fomentou o mercado interno, favorecendo vários agente da cadeia da construção civil.

O sucesso do setor da construção civil deveu-se a vários fatores como os projetos e parcerias entre o setor público e o privado, os programas governamentais em nível nacional, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o lançamento do programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”. Ademais, cabe destacar a questão do crédito imobiliário dos investimentos público e privado que fizeram fomentar o setor. Lembrando ainda que o Brasil foi escolhido para dois grandes eventos, Copa do Mundo de 2014, e as Olimpíadas no Rio de Janeiro 2016, trazendo mais investimentos para o setor.

Quanto ao cenário macroeconômico, as políticas de governo faz-se necessário e pertinente o incentivo à políticas de infraestrutura, além do que, um cenário mais favorável quanto ao controle da inflação, queda taxa de juros e incentivos de políticas fiscais que estimule cada vez mais o investimento nessa área.

Com relação ao crédito habitacional, este apresentou crescimento expressivo, principalmente após a crise internacional de 2008/2009. As ofertas de crédito tem papel relevante na economia brasileira. E analisando os dados a partir das fonte de recursos apresentadas, referente a forma de financiamento imobiliário, pode-se observar que a Caixa Econômica Federal (CEF) é responsável pela maior fatia de mercado e é a grande operadora do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo(SBPE). O sistema de financiamento habitacional ainda é muito dependente dos bancos públicos, e principalmente ainda é muito concentrado na CEF.

Este momento favorável à construção civil, não se deve somente aos incentivos macroeconômicos concedidos pelo Governo, mas pela estabilidade econômica que contribuiu para que as famílias especialmente da baixa renda, aumentasse seu poder de compra e a queda da taxa de juros. Este conjunto de fatores, possibilitaram a ampliação do mercado consumidor, favorecendo vários agentes e principalmente o aquecimento do mercado imobiliário, fazendo o sonho da casa própria tornar-se real . Esta febre no setor imobiliário

estendeu-se para o Estado do Ceará.

O mercado imobiliário brasileiro apresenta potencial de expansão muito grande. O déficit habitacional para o ano de 2008 foi calculado em 5,5 milhões de residências, e para o Ceará, em 276.915 mil casas, de acordo com os dados calculados pela Fundação João Pinheiro.

O ritmo de crescimento do número de empregos formais na indústria da construção civil, é um dos indicadores que confirma o crescimento do segmento no Estado. Em 2010 no Estado do Ceará, foi registrado crescimento de 35,7%, conforme dados extraídos da RAIS do Ministério de Trabalho e Emprego.

A taxa de crescimento do PIB da construção civil Brasil foi superior a 5% em 1997, 2004, 2008, e no Ceará, 2006, 2007, 2008, 2010, é um importante indicador que confirma o bom desempenho destas atividades, e sua importância na composição do PIB Nacional no Brasil.

Outro indicador que confirma o aquecimento desta atividade é o PIB, com relação ao emprego formal no Brasil teve uma trajetória crescente de 2004 a 2010, apresentando uma pequena oscilação em 2009, já no Ceará o crescimento foi superior ao do Brasil, em 1995, 1997, 2006, 2008, 2009 e 2010.

O trabalho pode contribuir para estudos que foquem em questões como, por exemplo, o debate acerca dos fatores determinantes do crescimento da construção civil no Brasil, e no Ceará, assim como a participação do ramo de construção civil, para o crescimento da economia brasileira.

Os avanços na área da construção civil devem além do incremento nos investimentos, passar por um processo continuado de inovação, que propicie maiores ganhos de escala e produtividade para a indústria da construção civil.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO da Construção e Infraestrutura Sustentável. Fortaleza: Jornal O Povo, 2010. 316p. As 500 maiores empresas do Brasil. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 9, p. 135, set. 1984. Edição especial. Disponível em: <<http://www.indicadores.srv.br/centro/files/30.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2012.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Crise financeira mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho**. Brasília: ANFIP, 2009.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. A Economia brasileira durante a crise: indicadores de performance e perspectivas. In: MUNHOZ, Dércio Garcia. **Crise financeira mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho**. Brasília: ANFIP, 2009. p.73-83.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. A crise internacional e seus efeitos no Brasil. In: MUNHOZ, Dércio Garcia. **Crise financeira mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho**. Brasília: ANFIP, 2009. p.73-83.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Balço de pagamento**. Disponível em: <<http://WWW.bcb.gov.br/?seriebalpag>>. Acesso Em: 27 jul. 2012.

BANCO Central faz nova operação para conter a queda do dólar. **VEJA**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/banco-central-vende-20-mil-contratos-de-swap-cambial-reverso>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

BARBOSA, Fernando de Holanda. A divisão de tarefas: Bacen x Tesouro. **Conjuntura Econômica**. Rio de Janeiro. p. 56 -57. Abr. 2012.

BEZERRA, Eloisa; BARBOSA, Eveline. **Desempenho econômico do estado do Ceará em anos recentes**. 2010. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/textos_discussao/TD_79.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

BIANCARELI, André Martins; LODI, Ana Luiza. **Financiamento ao Setor Imobiliário**. Campinas, 2009. Disponível em: < http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/SubprojetoII.7_PIF.pdf>. Acesso Em: 10 Jan. 2013.

Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: IPEA, 2009. Vol. 2. ISBN 978-85-7811-026-0. Disponível em :http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/Livro_BrasilDesenvEN_Vol02.pdf. Acesso Em: 10 dez. 2012.

Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília : Ipea, 2010. 210 p. Vol. 3. ISBN 978-85-7811-068-0. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/Livro_BD_vol1.pdf. Acesso Em: 13 nov. 2012.

BRASIL. Instrução Normativa RFB nº 934, de 27 de abril de 2009. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 abr. 2012. Seção 1.

BRASIL. Lei nº 8.880, 27 de maio de 1994. Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor (URV) e dá outras providências. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1994/lei-8880-27-maio-1994-372593-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso. 05 dez. 2012.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretária Nacional de Habitação. **Déficit habitacional no Brasil 2006**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Deficit-2006_06-05-2008.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Ministério do Planejamento. **Orçamento e gestão: 11º Balanço do PAC**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/nacionais/11o-balanco-4-anos/parte-1/view>>. Acesso: 15 jun. 2012.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO - CBIC. **Geração de emprego no setor da construção civil**. Disponível em: < <http://www.cbicdados.com.br/files/textos/026.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2010.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO - CBIC. **Importância do setor de construção civil na economia brasileira**. Disponível em: < <http://www.cbicdados.com.br/files/textos/027.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2010.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO - CBIC. **Taxa de Investimento no Brasil**. Disponível em: < <http://www.cbicdados.com.br/files/textos/009.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2010.

CANO, Wilson; GONÇALVES Silva, Ana Lúcia. **Política industrial do governo Lula**. Campinas: IE/UNICAMP, 2010. (Texto de discussão). Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/textosdiscussao/texto181.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2012.

CARVALHO, Everton Freire de; LEPIKSON, José Augusto Pessoa. PAC e a nova concepção de política econômica do governo Lula. 2007; Núcleo de Estudos Conjunturais. Bahia. Disponível: http://www.nec.ufba.br/artigos/Inflacao_Politica_Monetaria_e_Fiscal/2007/2007. Acesso: 15 nov. 2012.

CEARÁ (Estado). Lei de Diretrizes Orçamentária 2011. **Diário Oficial do Estado do Ceará (DOECE)**, Ceará, n.143, p. 41, 02 ago. 2010. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios>>. Acesso em: 30 ago. 2010.

CEARÁ (Estado). Secretaria do Planejamento e Coordenação (SEPLAN). Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). **Ceará: Resultados do Produto Interno Bruto (PIB) 2008**. Disponível em: < http://www.ipece.ce.gov.br/categoria2/pib/PIB_CEARA_2008.pdf>. Acesso em: 10 set. 2010.

CEARÁ (Estado). Secretaria do Planejamento e Coordenação (SEPLAN). Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece). **Ceará: Resultados do Produto Interno**

Bruto (PIB) 1º Trimestre/2010. Disponível em: < http://www.ipece.ce.gov.br/categoria2/pib/PIB_CEARA1_Trim_2010.pdf>. Acesso em: 10 set. 2010.

CERQUEIRA, L. F. e DANTAS, A.T. Política econômica pós-real: há alternativa? In: **Perspectivas para a economia brasileira: Inserção internacional e políticas públicas**. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

DANTAS, Alexis Toríbio; CERQUEIRA, Luiz Fernando. Política pós-real: Já Alternativas? In: PAULA, Luis Fernando; FERREIRA, Leo da Rocha; ASSIS, de Milton. (Org). **Perspectivas para a Economia Brasileira inserção internacional e políticas públicas**. Rio Janeiro: Uerj, 2006.

DANTAS, Danilo Sanches. **Ações e desdobramentos do programa de aceleração do crescimento (PAC) na cidade de Dourados (MS)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, 2011. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-geografia/dissertacoes/danilo>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICO - DIEESE. **Estudo setorial da construção civil**. n. 51, maio de 2010. Disponível :<<http://www.cut.org.br/sistema/ck/files/old/Documento%20Dieese.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2010.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICO - DIEESE. **Construção Civil na Paraíba**. 2006. Disponível em: < <http://www.dieese.org.br/projetos/MTE/estudoDeCaso1A.>>. Acesso em: 05 maio 2012.

ESTRUTURA solida oportunidade para toda a cadeia produtiva. **Valor Setorial**. Construção civil, Rio de Janeiro. p.8-14, nov. [2000].

FERREIRA, L. R. Política cambial e comércio exterior no Brasil. In: **Perspectivas para a economia brasileira: inserção internacional e políticas públicas**. Rio de Janeiro: UERJ, 2006. FINANCIAMENTOS imobiliários FGTS - total BRASIL. Habitação 1995 a 2012. Disponível em: <http://www.cbicdados.com.br/media/anexos/6.1_Sala_de_Imprensa_3.pdf>. Acesso em: 16 de fev. 2013.

FOCHEZATTO, Adelar; GHINIS, Cristiano Ponzoni. **Determinantes do Crescimento da Construção Civil no Brasil e no Rio Grande do Sul: evidências da análise de dados em painel**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 31, p. 648-678, 2011. Número Especial. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile>>. Acesso em: 05 maio 2012.

FRANCO, Eliete de Medeiros. **A ergonomia na construção civil: uma análise do posto do mestre de obras**. 1995. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)- Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.eps.ufsc.br/disserta/eliete/capit_2/capit_2.htm>. Acesso em: 12 out. 2010.

GENTIL, Denise Lobato; MARINGONI, Gilberto. Crise econômica e condicionantes internos e externos. In: BISPO, Carlos Roberto et al. (Org.). **Crise financeira mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho**. Brasília: ANFIP, 2009. p. 99.

GIAMBIAGI, Fábio. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos

FHC. (1995-2002). In: GIAMBIAGI, F. et al. (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea -1945-2010**. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2011. cap. 7, p. 165-195.

GIAMBIAGI, Fábio. Rompendo com a ruptura: o governo Lula (2003-2010). In: GIAMBIAGI, F. et al. (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea -1945-2010**. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2011. cap.8, 197- 234.

GIAMBIAGI, Fábio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org.). **A economia brasileira anos 90: desempenho macroeconômico no Brasil nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JR. **Economia brasileira contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 636.

LAVORATT, Liliana. Habitação. **Revista desafios do desenvolvimento**. São Paulo, 06 jul. 2010. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2010.

LAVORATT, Liliana. Puxando o crescimento da indústria. **Revista Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, out. 2010. Disponível em: <[Inflhttp://portalibre.fgv.br](http://portalibre.fgv.br)>. Acesso em: 01 Nov. 2010.

LUNDBERG, Eduardo Luis. **Bancos oficiais e crédito direcionado: o que diferencia o mercado de crédito brasileiro?** nov. 2011. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/td258.pdf> >. Acesso em: 15 jan. 2013.

MACHADO, Ralph. **Lula A.C. – D.C.: política econômica antes e depois da “Carta ao Povo Brasileiro”**. São Paulo: ANNABLUME, 2007.

MANKIN, N. Gregory. **Macroeconomia**. 7 ed. Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos, 2010.

MARTINS, Norberto Montani; FERRAZ, Camila de Araújo. A expansão do mercado de crédito brasileiro no período 2004-2009: determinantes, condicionantes e sustentabilidade. **Revista Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, p. 269-289, jul.- dez. 2011.

MATTEI, Lauro; MAGALHÃES, Luis Felipe. A Política econômica durante o Governo Lula (2003-2010): Cenários, Resultados e perspectivas. 2011. Disponível em: < <http://www.Joseroberatoafonso.com.br/attachments/article/1747/Mattei%20e%20Magalhaes.pdf>>. Acesso em: 17 jul.2012.

MORAES, Saulo Martoreli da Siva. **Estratégias competitivas adotadas na construção civil brasileira: uma análise das empresas líderes do setor**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: < http://www.cse.ufsc.br/gecon/coord_mono/2009.1/SAULO.pdf >. Acesso em: 15 fev.2012.

NASCIMENTO, Anderson Rebouças do. **O impacto das aplicações de recursos do FGTS sobre o déficit habitacional brasileiro**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

NERI, Marcelo Cortes. **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.cps.fgv.br/ibrecps/ncm2010/NCM_Pesquisa_

FORMATADA.pdf. Acesso: 22 ago. 2012.

NERY, Carmen Lúcia. As vendas batem todos os recordes. **Valor Setorial**. São Paulo. p. 68-70, nov. 2010.

O PLANO Real. Disponível em: <http://www.slideshare.net/ecsette/o-plano-real>. Acesso em: 12 maio 2012.

OHASHI, Eduardo Augusto Maués; BERTEZINI, Ana Luisa; MELHADO, Silvio Burrattino. **Análise de um sistema de gerenciamento de projetos de construção baseado na web sob a perspectiva dos principais agentes: um estudo de caso**. 2003. Disponível em: <<http://ohashi.pcc.usp.br/textos/III%20Workshop%20gppcc.pdf>>. Acesso: 21 ago. 2012.

OLIVEIRA, de Marçõs Cavalcante. O sucesso continuado da primeira reforma monetária da história Brasileira feita em regime verdadeiramente democrático. **Revista da EMERJ**, v. 12, n. 45. Disponível em: < http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista45/Revista45_37.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2012.

PASTORE, Affonso Celso; PINOTTI, Maria Cristina. **Algumas lições da experiência brasileira**. Rio de Janeiro, p.3-40, jan.-mar. 1999. Disponível em: <bibliografiadigital.fgv.br/ofs/index.prb/rbe/article/wiew/Article/747>. Acesso em: 21 agos. 2012.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio bobik. **A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

PEREIRA, L. C. Bresser. Economia e a política do plano real. **Revista de Economia Política**. v. 14, n. 4 (56), out.- dez.1994. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/56-10.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2012.

PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fábio; GOSTKORZEWICZ, Joana. O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90. In: GIAMBIAGI, Fábio; MOREIRA, Maurício (Org.). **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 1999. p.13-39.

PLANO Real. **Wikipédia**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Plano_Real>. Acesso em: 21 ago. 2012.

POCHMANN, Marcio. **Estrutura social no Brasil: mudanças recentes**, São Paulo, out.- dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/04.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2012. Relação anual de informações sociais. **RAIS**. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

ROCHA, José Sidney. Setor da construção tem a melhor fase em 25 anos. **Revista Valor Econômico**. Suplemento especial, São Paulo, nov. 2010. Disponível: <<http://www.revista.valor.com.br/home.aspx?pub=57&edicao=1>>. Acesso em: 01 dez. 2010.

ROYER, Luciana de O. **Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas**. 2009. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/royer_doutorado.pdf>. Acesso em: 06 maio 2012.

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Perfil setorial da construção civil**, Minas Gerais, mar. 2005. Disponível em: < http://www.sebraemg.com.br/arquivos/Coopere_para_crescer/geor/SIS/EstudosSetoriais/arquivos/PERFIL%20SETORIAL%20-%20%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20Civil.pdf >. Acesso em: 05 jul. 2012.

SERPA, Egídio. Construção civil no Ceará movimenta 58 bilhões em 2010. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 04 set. 2010. Disponível em: <<http://blogs.diariodonordeste.com.br/egidio/construcao-civil-no-ceara>>. Acesso em: 12 nov. 2010.

SILVA, Brunilde Maria França. **Inflação: um breve histórico do caso brasileiro**. 2003. 56 f. Monografia (Pós Graduação “lato Sensu” Finança e Gestão Corporativa)- Pós-Graduação “Lato Sensu” Projeto a Vez do Mestre, Universidade Cândido Mendes. Disponível em: < <http://www.avm.edu.br/monopdf/22/BRUNILDE%20MARIA%20FRANCA%20SILVA.pdf> >. Acesso em: 12 mai.. 2012.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO CIMENTO. **Relatório anual**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: < http://www.snic.org.br/pdf/snic-relatorio2010-11_web.pdf >. Acesso em: 25 jan. 2013.

SINDUSCON-PR- SINDICATO DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO PARANÁ. **O Emprego na construção civil**. Disponível em: <http://www.fae.edu/pdf/estudo_siduscon1.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2010.

SKAF, Paulo. **Cresce a construção, cresce o Brasil**. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/deconcic/publicações/vii%20construbusiness%20-%20caderno%20técnico.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2010.

TEIXEIRA, Luciene Pires; CARVALHO, Fátima Marília Andrade de. A construção civil como instrumento do desenvolvimento da economia brasileira. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 109, p. 09-26, jul.- dez. 2005. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/109/luciene_outros.pdf >. Acesso em: 14 ago. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Manual para elaboração de monografia**. Fortaleza: UFC, 2006. Disponível em: <http://www.feaac.ufc.br/images/stories/_files/manual_de_monografia.pdf>. Acesso em: 09 out. 2010.

VANÇATO, Simone dos Santos. **Mercado Financeiro: os impactos da crise financeira de 2008 no Brasil**. Monografia (Pós Graduação Finanças e Gestão Corporativa)- Universidade Cândido Mendes. Disponível em: <www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/K220917.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2012.

VASCONCELOS, José Romeu; CÂNDIDO JÚNIOR, José Oswaldo. **O problema habitacional no Brasil: déficit financiamento e perspectivas**. Brasília: Ipea, 1996. Texto de Discussão. Disponível em: < http://desafios.ipea.gov.br/pub/td/1996/td_0410.pdf >. Acesso em: 05 maio 2012.

APÊNDICE A: INDICADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO BRASIL E CEARÁ DE 1994 A 2009

Ano	Índice INCC	Variação percentual INCC a.a no Brasil	Custo médio no Brasil SINAPI R\$/m2	Variação percentual SINAPI a.a. no Brasil	Custo médio Ceará SINAPI R\$/m2	Variação percentual SINAPI no Ceará	IPCA	Inflação Efetiva (IPCA% a.a.)	Taxa de Juros (em % ao ano) Overnight-Selic.
1994	72,479	1029,93	256,04		235,14		687,42	916,41	
1995	127,462	31,45	312,60	22,09	284,01	20,78	1.141,16	22,41	
1996	146,818	9,56	327,98	4,92	317,76	11,88	1.320,99	9,56	
1997	157,74	6,81	341,82	4,22	315,81	-0,61	1.412,49	5,22	
1998	165,426	2,75	347,15	1,56	323,76	2,52	1.457,62	1,65	31,24
1999	174,26	9,21	305,10	7,87	269,13	6,42	1.528,43	8,94	18,99
2000	190,697	7,66	323,96	6,18	289,80	7,68	1.636,10	5,97	16,19
2001	205,222	8,85	352,92	8,94	316,78	9,31	1.748,01	7,67	19,05
2002	224,949	12,87	400,30	13,43	360,03	13,65	1.895,72	12,53	23,03
2003	262,609	14,42	457,59	14,31	407,53	13,19	2.174,68	9,30	16,91
2004	292,169	11,02	507,70	10,95	449,33	10,26	2.318,15	7,60	17,50
2005	319,618	6,84	543,13	6,98	477,98	6,38	2.477,39	5,69	18,24
2006	336,387	5,04	571,00	5,13	508,79	6,45	2.581,03	3,14	13,19
2007	354,535	6,03	605,71	6,08	554,89	9,06	2.675,02	4,46	11,18
2008	388,197	11,96	676,78	11,73	617,35	11,26	2.826,92	5,90	13,64
2009	415,634	3,20	716,34	5,85	658,20	6,62	2.965,00	4,31	13,65

Fonte: FGV; BACEN; IBGE; Revista Conjuntura Econômica
 IBGE, Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil

APÊNDICE B: VARIAÇÃO DA TAXA SELIC E DO INCC

Ano	Variação da taxa Selic	Variação do INCC
1994		
1995	1,530871955	75,86
1996	1,274118960	15,19
1997	1,248980589	7,44
1998	1,289633146	4,87
1999	1,257146645	5,34
2000	1,175137890	9,43
2001	1,173173892	7,62
2002	1,192555495	9,61
2003	1,234543290	16,74
2004	1,163160890	11,26
2005	1,191270270	9,40
2006	1,150767988	5,25
2007	1,118759360	5,39
2008	1,125287221	
2009	1,099855822	

Fonte: .bcb.gov.br

Elaboração própria